

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

QUEILA ALVES DOS SANTOS

***“DESGOSTO TAMBÉM CAUSA DOENÇA”*: REBATIMENTOS DAS
DESIGUALDADES RACIAIS NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO DO
QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA**

RIO DE JANEIRO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

QUEILA ALVES DOS SANTOS

***“DESGOSTO TAMBÉM CAUSA DOENÇA”*: REBATIMENTOS DAS
DESIGUALDADES RACIAIS NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO DO
QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como pré-requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Orientação: Prof^a Dr^a Vanessa Bezerra

RIO DE JANEIRO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

QUEILA ALVES DOS SANTOS

***“DESGOSTO TAMBÉM CAUSA DOENÇA”*: REBATIMENTOS DAS
DESIGUALDADES RACIAIS NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO DO
QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Rio de Janeiro, _____, de _____ de 2022.

Profª. Drª. Vanessa Bezerra de Souza - Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profª Drª Renata Gomes da Costa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Profª Drª Rafaela de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

RIO DE JANEIRO

2022

Dedico essa monografia aos meus pais,
que me fizeram o ser humano que sou.
Sem vocês eu não seria nada.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Elza, pela grandiosidade que ela representa na minha vida e por ser a mulher forte que me inspirou o tema deste trabalho.

Ao meu pai Gabriel, por ser meu super herói e por sempre apoiar os meus sonhos, independente das dificuldades.

À minha irmã Queli, que sempre me inspirou por sua garra e incentivo. Sem você eu não seria metade do que sou hoje.

Ao meu companheiro de vida Gabriel, por me sustentar por esses longos meses da construção desse trabalho. Obrigada pela paciência e por suas ideias.

Ao meu cunhado Paulo Artur, meu padrinho de formatura do ensino médio. Você me incentivou quando nem eu acreditava. Obrigada.

À minha sobrinha Odara, que apesar da pouca idade, é o ser humano mais incrível que eu já conheci na vida. Aprendo e cresço com você.

Aos entrevistados que cederam seu tempo e dividiram sua vivência para que esse trabalho se tornasse possível.

À minha querida orientadora Vanessa Bezerra. Você é uma das mulheres mais surreais que eu conheço. Obrigada por fazer parte desse importante capítulo da minha vida e por me incentivar a não ser menos do que brilhante.

À minha supervisora de estágio Raquel Silva, que trata do cuidado em saúde mental da forma mais humana que eu já vi. Raquelzinha, você é enorme!

A todo corpo docente e de técnicos da UNIRIO, cada um de vocês ao seu modo tornou possível essa formação.

Ao meu eterno Squad, Bernardo, Angela e Mariana, meus parceiros de formação, sem vocês eu definitivamente não teria chegado tão longe.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão desse trabalho, sozinha não se chega a lugar algum, agradeço por tantas pessoas de luz que encontrei nessa trajetória.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral avaliar a hipótese de que as desigualdades raciais deixadas como herança do pós-abolição têm rebatimentos na saúde mental da população quilombola, especificamente do Quilombo Campinho da Independência no município de Paraty. Com essa finalidade usamos como metodologia de pesquisa os instrumentos da entrevista e da pesquisa etnográfica dentro do próprio território. Para realizar um recorte analítico da questão e seus rebatimentos do processo de adoecimento mental dessa população, utilizamo-nos de pesquisa bibliográfica de intelectuais estudiosos sobre o tema, dentre eles Clóvis Moura e Sharyse Piroupo do Amaral. As entrevistas foram realizadas com pessoas de dentro do território que estão ou estiveram em situação de adoecimento mental e/ou que estão ou estiveram em consumo abusivo de álcool e outras drogas. No que diz respeito à pesquisa etnográfica, lançamos mão da observação tanto expressões, desconfortos dos entrevistados, bem como observamos as condições do território que consideramos pertinentes à pesquisa. A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da UNIRIO. Este trabalho se mostrou de enorme relevância social pois aborda questões que por vezes não são refletidas quando se trata da população negra e quilombola no Brasil, principalmente no que diz respeito ao racismo, saúde mental e desassistência dessa população por parte do Estado. O racismo é um problema social e estrutural no Brasil onde existe discriminação baseada na ideia de que os humanos são divididos entre raças e que uma é superior à outra, seja fisicamente, culturalmente ou intelectualmente.

Palavras-Chave: Saúde mental. População quilombola. Pós-abolição. Políticas públicas população quilombola. Quilombo Campinho Independência.

ABSTRACT

The present study aimed to evaluate the hypothesis that racial inequalities left as a post-abolition legacy have repercussions on the mental health of the quilombola population, specifically the Quilombo Campinho da Independência in the municipality of Paraty. For this purpose, we used as research methodology the instruments of the interview and ethnographic research within the territory itself. To carry out an analytical cut of the issue and its consequences of the process of mental illness of this population, we used a bibliographic research of scholars intellectuals on the subject. The interviews were carried out with people from within the territory who are or have been in a situation of mental illness and/or who are or have been in abusive consumption of alcohol and other drugs. With regard to ethnographic research, we made use of observation both expressions, discomforts of the interviewees, as well as observing the conditions of the territory that we consider relevant to the research. The research was submitted to Plataforma Brazil and to the UNIRIO Research Ethics Council. This work proved to be of enormous social relevance as it addresses issues that are sometimes not reflected when it comes to the black and quilombola population in Brazil, especially with regard to racism, mental health and lack of assistance from this population by the State. Racism is a social and structural problem in Brazil where there is discrimination based on the idea that humans are divided between races and that one is superior to the other, whether physically, culturally or intellectually.

Keywords: Mental Health. Quilombola Population. Post-abolition. Public politics Quilombola Population. Quilombo Campinho Independence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL	15
1.1 - O processo de escravização no Brasil	166
1.2. O pós-abolição: o mito da democracia racial e a estratégia de embranquecimento.....	20
1.3- As determinações do patriarcado nas condições de vida da população negra	23
2 - OS QUILOMBOS COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA	27
2.1 - Breve histórico dos quilombos no Brasil	27
2.2 - O Quilombo Campinho da Independência.....	30
3- OS REBATIMENTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO DO QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA	34
3.1 – Breve histórico de políticas públicas voltadas à população quilombola.....	34
3.2- As condições de vida e de saúde da população do Quilombo Campinho da Independência	36
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
5- REFERÊNCIAS	63

6 – APÊNDICES	69
----------------------------	-----------

7- ANEXOS	75
------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

Escolhi cursar Serviço Social por ser um curso que oferece uma vasta reflexão sobre a sociedade, além de desenvolver um senso crítico sobre as relações inseridas nela. Apesar de desafiadora, acredito que seja uma profissão gratificante. A ideia da necessidade de abordar esse tema no meu trabalho de conclusão de curso se deu dentro do meu campo de estágio, que é no projeto de extensão Movimentos Sociais e Saúde: Fórum Local de Saúde e Saúde Mental coordenado pela Dra. Susidarley Mota, então professora na UNIRIO. Estar em contato com usuários e com o debate da saúde mental me fez pensar no quanto eu, como mulher preta, quilombola, nascida no Quilombo Campinho da Independência em Paraty, sempre observei as condições de vida dentro do território e algumas consequências da falta de perspectiva refletidas diretamente na vida dos moradores do território.

Territórios remanescentes de comunidade quilombola são espaços de muita produção de saber, cultura e cuidado, porém sabe-se que o acesso à saúde pode ser atravessado por diversos fatores como socioeconômico, territorial e até mesmo político. Os territórios quilombolas já são desde sua gênese um espaço de disputa, seja pela liberdade, por direitos básicos e até mesmo pela vida. Quando observado, é notório que as disparidades causadas pelas desigualdades raciais influenciam diretamente nas condições de saúde de uma população. Na definição da Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a hipótese de que as desigualdades raciais deixadas como herança do pós-abolição têm rebatimentos na saúde mental da população quilombola, especificamente do Quilombo Campinho da Independência no município de Paraty. Os objetivos específicos são analisar a formação sócio-histórica do Brasil e o período de pós-abolição, fazendo também uma análise da formação sócio-histórica do próprio território a ser pesquisado, o Quilombo Campinho da Independência, coletar entrevistas com quilombolas desse território que são usuários da saúde mental ou que são ou foram dependentes de substâncias químicas, realizar uma pesquisa etnográfica dos entrevistados e do próprio território concomitante ao processo das entrevistas e explicitar e analisar os dados das entrevistas e dos dados observados durante a pesquisa etnográfica.

Essa pesquisa é relevante para buscar a compreensão das condições de saúde mental da população quilombola, especificamente do quilombo Campinho da Independência, visto que temos a hipótese de que a ausência ou ineficiência de políticas de reparação voltadas à essa população tem influência no processo de adoecimento mental de muitas famílias quilombolas.

Como marco teórico desta pesquisa utilizamos principalmente a obra de Clóvis Moura, *Sociologia do Negro Brasileiro* de 1988, que trata da formação social brasileira e o papel social do negro no Brasil, a obra de Kabengele Munanga, *Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo* de 2010, a obra de Florestan Fernandes, *O Negro no Mundo dos Brancos*, segunda edição de 2007, a obra de Sharyse Piroupo do Amaral, *História do Negro no Brasil* de 2011 e a obra de Silvio Almeida, *Marxismo e Questão Racial* de 2021, que debate o racismo não só como um problema ético, mas como uma relação social que se estrutura política e economicamente. Estes autores foram escolhidos para a construção desta pesquisa porque através deles é possível criar uma linha do tempo desde o processo de colonização do Brasil, até os dias atuais, o que nos ofereceu subsídios teóricos para interpretar os rebatimentos do pós-abolição na vida social do negro no Brasil e sobre como esses rebatimentos influenciam a saúde mental dessa população.

As metodologias de pesquisa que utilizamos no desenvolvimento deste trabalho foram a entrevista e a etnografia. Entrevistamos cinco pessoas moradoras do Quilombo Campinho da Independência, adultas, que estão ou já estiveram em tratamento de saúde mental ou que estão ou estiveram em dependência de substâncias químicas, uma vez que essa dependência impacta diretamente no estado de bem estar e na capacidade dos indivíduos de continuarem exercendo suas atividades cotidianas. As entrevistas foram realizadas dentro do território do Quilombo Campinho da Independência, marcadas com antecedência, com questões semiestruturadas, o que nos deu liberdade para incluir perguntas ao longo das questões, caso o rumo da entrevista levantasse alguma questão importante que não tenha sido previamente incluída, sendo gravado em áudio todo o conteúdo das respostas para transcrição e análise posteriores. O questionário não ultrapassou o limite de quinze questões visando maior adesão e para não afastar os respondentes. As questões elaboradas visaram conhecer os entrevistados, suas condições de saúde causadas por diversos fatores relacionados às desigualdades raciais, questões de acesso à empregos e principalmente para responder às perguntas e ao problema principal

do presente trabalho, que no caso foi a relação entre as desigualdades raciais e o adoecimento mental da população desse território.

Se analisarmos a etimologia da palavra etnografia¹, seria literalmente descrever a cultura de um povo, porém o método da etnografia evoluiu ao longo do tempo, não é mais apenas uma metodologia antropológica que requer que o pesquisador vá à campo e conviva com os pesquisados, a fim de entender sua rotina, cultura e comportamentos, hoje podemos utilizar o olhar etnográfico em cima de dados, de arquivos, de imagens, de áudio, o que significa um olhar apurado e detalhadamente descritivo sobre algo. Dessa forma, concomitantemente ao processo de coleta dos dados da entrevista no território do Quilombo Campinho da Independência, iremos utilizar também a etnografia como método de pesquisa a fim de captar as expressões corporais do entrevistado, entonação, descrever o cenário, descrever o próprio território onde o entrevistado está inserido e as condições observadas do território pertinentes à pesquisa.

A experiência de realizar as entrevistas dentro do território do Quilombo Campinho da Independência foi enriquecedora, ao mesmo passo em que foi dolorosa e cheia de identificação. Tratar do racismo e dos males que ele traz para a vida das pessoas geralmente gera desconforto. Por outro lado, ouvir as pessoas falando sobre suas histórias e suas próprias demandas é uma forma de conhecer um território, não pelos escritos de pessoas de fora e nem do que acham que são as demandas, mas ouvir os próprios protagonistas da história que está sendo contada e suas visões enquanto sujeitos de direitos.

Como quilombola nascida e criada dentro do Quilombo Campinho da Independência, sempre observei uma falta de perspectiva de melhoria das condições de vida nas famílias do território. Alguns se apegam à fé cristã, em sua maioria, existe também aquela parcela de jovens e adolescentes que se envolvem com a criminalidade, mas em sua maioria é possível observar trabalhadores(as) que dedicam suas vidas ao trabalho e ao sustento de suas famílias, ainda que em empregos precarizados e informais, que é basicamente a mesma dinâmica que acontece nas favelas.

¹ Carmem Lúcia Guimarães de Mattos aborda no artigo A abordagem etnográfica na investigação científica de 2011 a Etnografia como uma “especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo”. Artigo disponível no link: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em 31 jun. 2022.

As facilidades principais que temos ao utilizar as metodologias escolhidas para desenvolver esse trabalho são: conhecemos e temos acesso às pessoas que serão entrevistadas, não será problema local onde ficar durante o período em campo para a realização das entrevistas simultaneamente à pesquisa etnográfica. Também, não será problema a alimentação porque temos acesso gratuito a tudo, por esses motivos esse território foi escolhido para a realização dessa pesquisa. O único gasto que tivemos será o da passagem até o campo a ser pesquisado. A dificuldade que podemos enfrentar pode ser de conseguir combinar com todos os respondentes para coletar todas as entrevistas em uma única semana, que é o tempo hábil que temos para tal.

Desta forma, no primeiro capítulo iremos apresentamos considerações sobre a formação sócio-histórica do Brasil e sobre o pós-abolição, bem como esboçamos sobre as determinações do patriarcado nas condições de vida da população negra. No segundo capítulo, tratamos sobre a formação dos quilombos no Brasil e, também, a formação sócio-histórica do próprio quilombo pesquisado, o quilombo Campinho da Independência. No terceiro capítulo, trouxemos um breve histórico das políticas públicas voltadas à população quilombola e, também, elencamos os trechos pertinentes da entrevista realizada dentro do território do Quilombo Campinho da Independência das pessoas que estão ou estiveram em situação de adoecimento mental e/ou também a pessoas que estão ou estiveram em consumo elevado de álcool ou outras drogas. Concomitante à apresentação de trechos das entrevistas e das observações coletadas na pesquisa etnográfica, trouxemos reflexões à luz de teóricos que discutem o tema, buscando, dessa forma, refletir sobre a questão principal que estrutura este trabalho: existe influência das desigualdades raciais no processo de adoecimento mental da população quilombola desse território?

Este tema para o Serviço Social é de extrema relevância, visto que grande parte dos usuários que são atendidos por essa classe profissional são negros. Sabemos que a Questão Social atinge toda a classe trabalhadora devido ao modo de produção capitalista que necessita da desigualdade social para sobreviver, porém em uma análise interseccional entre gênero, classe e raça, vimos que essas desigualdades atingem ainda mais a população negra. Sendo o(a) assistente social o(a) profissional que vai atuar no desenvolvimento de projetos e programas sociais, combatendo as desigualdades do mundo contemporâneo, ter conhecimento sobre essa população, suas demandas e seus direitos é imprescindível para que estes sejam assegurados e garantidos dentro das

possibilidades institucionais. Exercer o Serviço Social sem ser discriminado e nem discriminar é um dos princípios fundamentais do código de ética da profissão.

1. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

Estudar a formação sócio-histórica do Brasil a partir das obras de Clóvis Moura significa que não iremos considerar apenas os acontecimentos a partir da chegada do colonialismo ao país e muito menos supor em algum momento que a escravidão dos(as) africanos(as) trazidos(as) ao Brasil e dos índios nativos que aqui já habitavam pode ter tido algum tipo de benefício com esse cativo, seja pela benesse da cristianização ou pela característica da escravização que se implantou no Brasil, com o colonizador português a favor de uma política democrática que permitiria uma relação mais democrática entre os senhores e seus escravos.

Sabemos que a história do Brasil não se inicia na colonização, antes desse marco vários grupos étnicos já ocupavam esse território. Devido a ausência de preservação de dados temporais não é fácil precisar há quanto tempo os primeiros povos nativos começaram a habitar no território hoje denominado brasileiro, mas sabe-se que muito antes da chegada dos portugueses várias populações já existiam aqui. Por volta de 1500, quando os portugueses chegaram nesse território houve grande interesse na vastidão e riqueza de terras encontradas. Também houve colonização da França na Baía de Guanabara. Portugal enviou várias expedições para pôr em prática a gerência da colônia e empenhou-se em lutar contra os franceses que vieram para o Atlântico Sul e então colocarem-se em áreas de povoamento para assim extrair matérias naturais valiosas.

Em meados do Século XVI os engenhos de açúcar produziam o principal produto de exportação da então colônia, com plantações gigantes e muita mão de obra escravizada, se instaurou a elite econômica e política daquele período. Os interesses dos europeus na América foi além do que amplamente se difunde, era principalmente um interesse de expansão comercial. Segundo Prado Jr., (1994, p.23) “a ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por esse território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis”. Logo é claro que os interesses que os europeus tinham ao chegar no Brasil era de expropriar nossos recursos naturais para enriquecer seu próprio comércio, quer que fosse utilizando trabalho escravo indígena ou de africanos arrancados de suas terras e trazidos para trabalhar em ambientes insalubres, expostos às doenças e exploração sexual, o que, inclusive, resultou numa vasta população interracial.

A colonização ocorreu como uma forma de expropriação das riquezas presentes no território, no caso do Brasil a pele de animais para produção de roupas, madeira para tinturas ou construções, pesca e etc. Pensar nesse processo longo de expropriação faz entender como essa civilização se tornasse dependente. Esses acontecimentos históricos dão luz à compreensão da formação de um povo e exemplificam o desejo de expansão da empresa europeia no contexto mercantilista daquela época, bem como podemos observar quando nos diz

[...] a colonização da América e, conseqüentemente do Brasil, está no bojo da própria expansão e sedimentação do capitalismo. Dessa forma, o capitalismo chega ao Novo Mundo juntamente com os colonizadores – os conquistadores – que irão explorá-lo com intuítos de fornecer produtos aos mercados e centros produtores europeus mais importantes. (MAZZEO, 1995, p.6).

Com isso podemos concluir que parte do processo de formação do Brasil não foi realizado como um objetivo da colonização, mas como consequência dela. A consequência de três séculos de atividade colonizadora são as marcas dominantes engravadas durante esse processo que faz com que a civilização europeia se estenda a toda parte do Brasil e outros países da América que passaram pelo mesmo processo, deixando como consequência a pobreza gerada pela expropriação e superexploração dos meios de subsistência com a penetração do capitalismo juntamente com a estrutura colonial, além de um sistema patriarcal que perdura até os dias de hoje.

1.1 O processo de escravização no Brasil

Sabemos que a sociedade brasileira foi organizada com base na escravatura, ou seja, a economia do país se construiu em cima da produção de mercadorias para o mercado internacional contando principalmente com o trabalho escravizado. Neste trabalho, abordaremos a forma como homens e mulheres foram arrancados de suas terras e vendidos como mercadorias para trabalharem como escravizados(as) nas mais diversas atividades exploradoras no país.

O tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil tornou-se um negócio extremamente lucrativo a partir do séc. XVI. Foram milhões de africanos trazidos

forçadamente ao Brasil ao longo dos anos, isso porque muitos deles não chegavam em terras brasileiras com vida devido a viagem extremamente precária e insalubre no navio negreiro, também chamado de tumbeiro devido ao alto número de escravizados(as) que morriam durante a travessia. Ao chegarem no Brasil, esses(as) escravizados(as) eram desembarcados em vários portos como Rio de Janeiro, Bahia e Recife para realizar diversos tipos de trabalho como no plantio de café, nos engenhos de cana de açúcar, mineração, construção e até mesmo em trabalhos domésticos. Sem esquecer da população indígena que também foi escravizada, os(as) africanos(as) escravizados(as) trazidos(as) de África tiveram um papel importante no povoamento do Brasil e cabe ressaltar que todo esse processo acontecia legalmente, uma vez que ter posse de uma pessoa escravizada era completamente dentro das leis da época, sendo também os(as) filhos(as) que nasciam das mulheres escravizadas considerados também escravos(as). Vale lembrar que nesse processo, os(as) escravizados(as) eram forçadamente esvaziados de toda a sua cultura, sua língua, sua religião e até mesmo seus nomes (AMARAL, 2011).

O que se observa é um período de coisificação das pessoas; quando estavam na condição de escravizados(as) essas pessoas podiam ser vendidas, trocadas, doadas, como qualquer outro bem. Esse processo de coisificação fazia com que essas pessoas fossem destituídas de qualquer tipo de direitos, tornando-os desumanizados e subalternos. Essa ideologia dos senhores difundia a ideia de que os(as) escravizados(as) eram incapazes de refletir e reclamar sobre sua própria condição, o que não se sustenta na realidade, dado que houve inúmeras situações de desobediência, revoltas e até mesmo assassinato dos senhores por parte dos(as) escravizados(as), o que tinha como respostas castigos físicos pesados a fim de reafirmar o poder do senhor de escravos sobre estes (AMARAL, 2011).

Ainda que tenhamos a visão simplista de escravizados(as) amarrados(as) nos troncos, o que realmente acontecia, era que também existiam escravizados(as) que desempenhavam funções que necessitavam de um pouco mais de liberdade, como os que trabalhavam nos transportes, ou até mesmo as mulheres que trabalhavam com vendas de hortaliças, peixes, etc., o que por vezes até permitia que estas comprassem com o ganho dessas vendas a sua alforria. Existiam também os negros caçadores que faziam viagens demoradas pela floresta trazendo as coleções obtidas. Segundo Clóvis Moura (2004, p. 289), em tais circunstâncias, o(a) escravidão(a) acabava adquirindo um ofício: graças a sua experiência passava a vender, como “homem livre”, seu trabalho a outros estrangeiros.

Mas contrariando a ideia de que os(as) africanos(as) aceitaram passivamente a escravização e de que não tinham capacidade de reclamar sobre sua condição, muitos deles utilizavam dessas andanças à trabalho para elaborar estratégias de fugas, rebeliões, formação de quilombos e etc. Ainda que os senhores contassem com um universo de vigilância dos(as) escravizados(as) por parte de toda sociedade, controlando seus movimentos e suas atividades, e contando, também, com os severos castigos físicos aplicados aos(às) escravizados(as), os senhores tinham a expectativa de que os(as) negros(as) não tentariam nada contra sua condição de escravizado(a), porém inúmeros casos de rebeldia estão registrados na história, tal como fugas e até mesmo assassinato dos senhores (AMARAL, 2011).

Fazendo um movimento para conseguir demonstrar como todo país é fruto de escravidão, Clovis Moura (1988, p. 5) mostra como

Esse enorme contingente africano foi distribuído de acordo com os interesses da nossa economia de exportação colonial. Em 1817-18 o número total de habitantes do Brasil era de 3.817.000 com 585 mil pardos e pretos livres e 1.728.000 negros escravos. Por outro lado, a sua distribuição espacial era a seguinte: 66,6% no Maranhão, nas fazendas algodozeiras; 42,5% em Goiás, na mineração aurífera; 38% em Mato Grosso; 38% em Alagoas. As médias nas demais regiões oscilavam entre 20,3% no Piauí e 32,6% em São Paulo. As percentagens mínimas achavam-se no Rio Grande do Norte, com 12,8%, no Paraná, com 17,2% e na Paraíba, com 17,4%.

Sabe-se que esses(as) escravizados(as) sofriam diversos tipos de tortura, tendo suas vidas transformadas em produtos rentáveis à acumulação de capital, porém não enfrentaram esse período sem revolta e luta. Protagonizaram fugas, assassinatos, formação de quilombos e tantas outras saídas que podem ter sido consideradas insubordinações com os seus senhores. A República dos Palmares é um exemplo claro de organização política desse grupo onde Zumbi foi o último líder conhecido dessa fase de resistência.

Os quilombos como são conhecidos, advém de organizações formadas durante o escravismo, não eram locais isolados da sociedade porque ainda se relacionavam com os setores sociais e mantinham contatos que garantiam a manutenção das suas estruturas político-econômicas. Alguns quilombos que podemos destacar são o quilombo do Ambrósio formado em Minas Gerais, o quilombo do Bateiro que se estima sua população máxima em 20 mil habitantes, sem contar o quilombo dos Palmares que hoje

é o que mais ouvimos falar. Isso mostra a constante correlação de forças entre os(as) escravizados(as) e os senhores, estes que usavam de todas as forças possíveis para manter a ordem escravagista e os(as) escravizados(as) que resistiram de todas as formas possíveis, inclusive com a violência, o que acabava por se tornar uma ameaça, tal qual a insurreição de 1835 que quase tomou o poder na capital da província na Bahia.

Em suas batalhas diárias, os(as) escravizados(as) conseguiam conquistar espaços de negociação com os senhores, como não se rebelar em troca de melhores condições de vida ou até pedaços de terra para plantar e vender sua produção para assim terem maiores possibilidades de juntar dinheiro para futuramente comprar sua própria alforria.² Mas foi com a abolição que essas pessoas alcançaram de fato a liberdade. No Brasil, a abolição foi conquistada tardiamente e após muita luta e resistência por parte dos(as) escravizados(as), seja na busca direta por liberdade através de fugas, formações de quilombos ou na resistência cultural, ou no exercício de suas religiões africanas e na formação de famílias escravizadas (AMARAL, 2011).

As últimas décadas que antecedem o abolicionismo foram marcadas por muitas fugas e formação de quilombos. Para chegar de fato ao momento da abolição, os(as) escravizados(as) uniram suas lutas com diversos outros movimentos abolicionistas. Existiram associações abolicionistas que promoviam discursos, passeatas a favor da libertação dos(as) escravizados(as) e até propagandas, como os jornais abolicionistas. No plano jurídico também existiram atuações na defesa da liberdade dos(as) escravizados(as). Alguns defendiam que os trabalhadores africanos deviam ser substituídos por imigrantes, outros defendiam que a abolição deveria acontecer acompanhada de políticas públicas que permitissem o acesso a benefícios para os(as) ex-escravizados(as), como por exemplo, o acesso à terra, onde houvesse inclusão social dos mesmos (AMARAL, 2011).

Não podemos aqui deixar de falar sobre Luiz Gama, que foi um ex-escravizado líder abolicionista que defendeu a liberdade de centenas de escravizados(as) denunciando

² Clóvis Moura define n' *O Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* alforria paga como aquele tipo em que o próprio escravo, por meio do seu pecúlio pessoal, comprava a liberdade. Ele fala de outros tipos de alforria, como a alforria condicionada que era quando a alforria gratuita era concedida sob condições, como por exemplo que por determinado prazo, o liberto prestasse serviços a alguém, como o próprio senhor, a viúva ou um herdeiro. Existia ainda a alforria de pia, que era o ato de libertar na época do nascimento, especificamente na pia de batismo e normalmente essa alforria acontecia mediante o pagamento de uma soma pequena e simbólica. Porém também existia a revogação da alforria permitida por lei por "ingratidão" do escravo ou calúnia contra o seu senhor. (MOURA, 2004)

a discriminação racial que os negros sofriam, estando eles na condição de escravizados(as) ou não. Então vemos que ao mesmo tempo que aconteciam os movimentos abolicionistas, os(as) escravizados(as) não aguardaram passivamente; se rebelavam, fugiam, ocupavam terras contando as vezes com os abolicionistas e também com a rede de escravizados(as) já libertos(as) (AMARAL, 2011).

Com todo esse contexto se torna inevitável fugir da ideia da princesa branca que por generosidade assinou um papel livrando da escravização milhares de pessoas, mas se acentua a ideia de que houve muita luta por parte dos(as) escravizados(as), aliados a pessoas que acreditavam que a escravização era um entrave social. Anos de resistência e luta acabaram com parte dos problemas; haveriam outros a serem enfrentados. Bem como acentua Florestan Fernandes (2007, p. 62) “o abolicionismo não conduziu os brancos a uma política de amparo ao negro [...]. Nenhum deles se levantou em prol da indenização do escravo ou do liberto e em consequência, os segmentos da população brasileira que estavam associados à condição de escravo ou de liberto viram-se nas piores condições de vida nas grandes cidades”.

1.2. O pós-abolição: o mito da democracia racial e a estratégia de embranquecimento

Como bem sabemos, após oficializada a abolição em diversos países e tardiamente no Brasil, aqui os(as) libertos(as) não tiveram uma política de amparo para que pudessem construir dignamente suas vidas. Ainda que o abolicionismo tivesse seus ideais humanitários, os libertos foram deixados em péssimas condições, em posição marginal, na qual muitos ainda se encontram nos dias de hoje (FERNANDES, 2007).

No processo de escravização do Brasil aconteceu um fenômeno que chamamos de miscigenação. A formação de uma vasta população miscigenada nesse período tem como origem, bem como abordamos anteriormente, o estupro das mulheres escravizadas pelos senhores, fazendo com que nascessem muitos filhos de pais brancos e mães negras. Clóvis Moura (p. 89), aborda quando diz que “o português [...] tem predisposição pelo relacionamento sexual com etnias *exóticas*, motivo pelo qual consegue democratizar as relações sociais que estabelece naquelas áreas que atuou como colonizador. O Brasil seria o melhor exemplo desse comportamento”.

O que acontece no Brasil é uma confusão entre os termos miscigenação e democratização, que são coisas completamente diferentes. A democracia racial, se existisse, seria igualdade racial, social e política, fato este que ainda hoje não presenciamos. Existe uma escala de valores que a elite de poder que se denomina *branca* escolheu como ideal e representativa da superioridade, escala essa em que o não branco está em local de inferioridade seja cultural e até mesmo étnica. O indivíduo é mais aceito e reconhecido na sociedade quanto mais esse se aproximar do tipo branco e se afasta do negro. Com esse pensamento subordinado onde existem os polos de positivo e negativo relacionado ao tom da pele, criou-se uma tendência de fugir da realidade discriminatória. Sendo assim, Clóvis Moura (2004) mostra que:

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não brancos brasileiros ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam que ela era: acastanhada, agalegada, alva, alva-escura [...] branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, bronzeada, bugrezinha, escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo-verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha-clara [...], marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morena castanha, morena clara [...], parda, parda clara, polaca, pouco clara, pouco morena, preta, pretinha, puxa pra branca, quase negra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retinha, rosa, rosada, rosa queimada, roxa, ruiva, russa, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de outros que não declararam a cor. (Moura, C. 2004, p. 91)

Dizemos que a democracia racial no Brasil é um mito porque não é difícil observar onde são posicionadas as etnias não brancas dentro da sociedade. Todos têm, teoricamente, os mesmos deveres e direitos sociais, tão logo as oportunidades também deveriam ser as mesmas, mas o que se nota é uma culpabilização desse segmento de pessoas pela sua própria inferioridade social, cultural e econômica. É uma confusão mentirosa e fingida defender que negros tiveram, tão logo ocorreu a abolição, e têm até hoje oportunidades iguais em relação a renda, poder e prestígio social, isso comparado ao branco.

O padrão brasileiro de relação racial, ainda hoje dominante, foi construído para uma sociedade escravista, ou seja, para manter o 'negro' sob a sujeição do 'branco'. Enquanto esse padrão de relação racial não for abolido, a distância econômica, social e política entre o 'negro' e o 'branco' será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito. (FERNANDES, 2007, p.60)

Então o que se vê no Brasil não é uma política de reparação para enfrentar as mazelas deixadas pelo escravismo, mas sim um preconceito reativo, um preconceito de ter preconceito. Florestan Fernandes (2007), descreve quando diz que ter preconceito seria degradante, então o esforço maior foi concentrado em combater a ideia de que existe preconceito no Brasil e isso sem fazer nada para melhorar a situação do negro e nem para acabar com as misérias inerentes ao seu destino humano na sociedade.

Não podemos deixar de tratar do processo de embranquecimento pelo qual o Brasil passou. Podemos citar, inclusive, Silvio Romero, filho de português, que tinha entre suas ocupações a advocacia e as ciências políticas, e perpetuava falas polêmicas que ainda hoje são lembradas, referente à mestiçagem, onde defendia a miscigenação até que a raça branca se sobrepusesse às outras, tornando-se então ‘pura’ tanto etnicamente quanto culturalmente, enquanto as outras raças fossem extintas do país. Podemos ver isto quando ele diz

[...] a extinção do tráfico africano, cortando-nos um grande manancial de misérias, limitou a concorrência preta, a extinção gradual do caboclo vai também concentrando a fonte índia, o branco deve ficar no futuro com a preponderância do número, como já a tem nas ideias. (ROMERO, p.32, 1985.).

Romero (1985) considerava a raça branca superior e previa um embranquecimento da população brasileira e ele não era o único. Alguns intelectuais brasileiros concordavam com essa tese, entre eles o antropólogo João Baptista de Lacerda³ que levou um artigo ao Congresso Universal das Raças em 1911 defendendo o valor positivo da miscigenação, uma vez que ao longo dos anos haveria sobreposição dos traços da raça branca sobre a negra e a indígena.

Esse eugenismo⁴ invadiu até mesmo a medicina e isso explica muitas das iniquidades que podem ser percebidas até nos dias atuais. Amaral (2011, p. 65) diz que

³ Aconteceu em Londres entre 26 e 29 de julho de 1911 o Congresso Universal das Raças, onde o Brasil participou. O jovem João Baptista de Lacerda (1846-1915) foi eleito o cientista e intelectual de renome nacional a representar o país no evento. Este era autor de inúmeras pesquisas na área da fisiologia e microbiologia e era muito relevante na sua carreira. (SOUZA, 2012).

⁴ Eugenia é um termo criado em 1883 por Francis Galton, significando ‘bem nascido’. Galton definiu eugenia como "o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente". Em seu livro Galton apoiava que "as forças cegas da seleção natural, como agente propulsor do progresso, devem ser substituídas por uma seleção consciente e os homens devem usar todos os conhecimentos adquiridos pelo estudo e o processo da evolução nos tempos passados, a fim de promover o progresso físico e moral no futuro". (COWAN, p. 509, 1972).

“Sidney Chalhoub mostrou que após as epidemias de febre amarela e do cólera no século XIX, os cortiços tornaram-se centro das preocupações da Polícia e da Junta de Higiene, através da identificação das classes pobres, de maioria negra ou mestiça, como classes perigosas.” Nesse sentido, as pessoas que moravam nesses cortiços que eram maioria negra ou mestiça, passaram a ser considerados um perigo social.

As políticas públicas não eram neutras e perpetuavam a ideologia do higienismo⁵. A polícia se preocupava com o controle social dos pobres buscando impedir que os cortiços não virassem esconderijo de “vadios” e escravizados(as) fugidos(as), enquanto os higienistas viam esses espaços como foco de epidemias e vícios, tão logo essa ideologia do embranquecimento era implementada a partir da imigração europeia e da miscigenação, mas também do descaso. Amaral (2011) ousa dizer que os médicos interferiam no ambiente para auxiliar os brancos e eliminar os negros, ou seja, combater a febre amarela e viabilizar a imigração europeia ao mesmo passo em que deixavam a varíola, a cólera e a tuberculose, muito frequente nos cortiços, completarem a obra do embranquecimento dizimando a população negra.

É necessário, além de uma mudança nas relações de poder, sociais e, também, econômicas, um processo de reeducação do branco, porque a herança da escravização que alguns autores citam como estando no negro, na verdade está nas classes dominantes que barram em vários níveis a existência de uma consciência crítica negra, consciência essa que seria capaz de propor uma nova ordem social e através dela estabelecer a sonhada democracia racial.

1.3- As determinações do patriarcado nas condições de vida da população negra

⁵ O movimento higienista não era um movimento popular, mas de um pequeno grupo de maioria médica. O discurso médico-eugênico e higienístico foi tomado como um modelo científico para diagnosticar a nação. Desenvolvido pelo inglês Francis Galton, o discurso eugênico estava assentado na tese de que o papel da hereditariedade era fundamental para a formação de “tipos humanos diferenciados” e, conseqüentemente, para a degeneração. Sob a orientação dos cientistas, caberia ao Estado estimular a união entre casais com saúde perfeita (eugenia positiva) e determinar os grupos dos “anormais” ou degenerados, restringindo-lhes o casamento ou mesmo esterilizando-os (eugenia negativa). Mas, ao contrário da ideia de degeneração racial que está implícita nas concepções eugenistas-higienistas (portanto, uma condenação perpétua ao atraso), a intelectualidade brasileira viu nesse discurso uma alternativa salvaçãoista para os males provocados pelas condições raciais existentes. Ou seja, o atraso brasileiro era fundamentalmente uma questão de doença (e descaso), uma questão transitória, médica e política, portanto, e não de degeneração racial (SILVEIRA, p. 173, 2005)

Durante a formação do Brasil, mais especificamente no período da colonização, veio como herança cultural portuguesa o modelo patriarcal de família. Esse modelo familiar então vem sendo reproduzido de geração em geração em relações onde são as mulheres que deixam em segundo plano suas realizações pessoais ficando em um local restrito abaixo dos homens, mas não citaremos neste trabalho apenas o local subalterno onde a mulher, sobretudo negra, foi colocada nesse sistema social, mas também abordaremos como o homem negro é atravessado por outros aspectos que também fazem com que ele não seja completamente abraçado por esse privilégio.

Como citamos, quando esse sistema do patriarcado adentrou no Brasil, as mulheres desse território foram colocadas em uma posição de submissas, bem como podemos observar quando nos falam que

O patriarcado no Brasil surgiu com a colonização do país no século XVI, tendo o homem como a figura que detinha a autoridade, o poder político e econômico. As mulheres e seus descendentes deviam obediência à figura masculina, sendo submissos ao pai; no caso das mulheres a submissão se estendia ao marido (SAMARA, 2002).

Para Saffioti (1979), no Brasil, a história da instituição familiar teve como ponto de partida o modelo patriarcal⁶, importado pela colonização e adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravagista. O que podemos observar é que ao longo do tempo esse patriarcado passou a perpetuar no inconsciente da sociedade através de um sistema que apesar de silencioso, é extremamente eficaz tanto na estrutura, quanto nos processos de dominação não só dos homens sobre as mulheres, mas também dos heterossexuais sobre os homossexuais. Na busca por poder, os homens dominam a sociedade e ocupa os espaços de poder a tal ponto que as demais parcelas da sociedade são deixadas em situações de violações de direitos e vulnerabilidades.

Saffioti (1979) ainda analisa sobre como a igreja católica justificava a submissão das mulheres em relação aos homens e isso fica claro quando ela diz que “a hierarquia no grupo familiar se faz segundo o preceito bíblico de que o homem é a cabeça, e a mulher o coração. Sendo a emoção considerada inferior à razão, ao homem cabe, ‘naturalmente’, o governo da casa e da mulher” (SAFFIOTI, H. 1979: p.145). A autora ainda aborda a

⁶ Entendemos, neste trabalho, que o patriarcado pode ser compreendido em várias fases. O capitalismo se apropria das opressões para explorar pessoas e, assim, acumular mais capital. Desta forma, o patriarcado também é um fenômeno histórico que se perpetua, mesmo que em diferentes modos de produção, no capitalismo ele é útil pois permite que as mulheres tenham sua força de trabalho explorada e recebam menos que os homens por isso.

forma com que as mulheres eram inferiorizadas cedendo seu elemento feminino em nome da família, família essa altamente normativa pautada numa hierarquia que privilegia o poder pátrio em que o homem tem o poder e a mulher é reduzida a rainha do lar.

Se o patriarcado para as mulheres já é uma condição de limitação e anulação frente aos homens, para as mulheres negras a situação fica ainda mais debilitada. Ser uma mulher negra em uma sociedade patriarcal é experimentar diariamente uma condição de asfixia social, visto que se enfrenta a opressão de gênero em interseção com a opressão de raça. Em uma pesquisa ao site do IPEA, é possível observar o atlas da violência de 2019 em relação ao homicídio de mulheres, especificamente do estado do Rio de Janeiro e pode-se concluir com facilidade que quando se fala em feminicídio, as mulheres negras são as que mais morrem. No ano de 2019, segundo o atlas da violência do IPEA, foram 217 mulheres assassinadas no estado do Rio de Janeiro, sendo que 86 eram mulheres não negras e 131 foram mulheres negras. Outro dado retirado do atlas da violência de 2019 foi em relação a violência física registradas contra mulheres no estado do Rio de Janeiro, foram registrados 303.886 casos de violência contra as mulheres, onde 98.617 desses casos eram de mulheres não-negras e 205.269 de mulheres negras.

Quando se fala de homem negro e patriarcado, temos que observar que o homem negro se beneficia de parte dessa estrutura por ser homem; ele pode interiorizar e reproduzir esses padrões de masculinidade, porém em contrapartida, o racismo enraizado na estrutura do nosso país destina a esses homens um local muito particular na divisão sexual e racial do trabalho, o que acaba por limitar suas possibilidades de se enquadrar completamente nesse padrão. A masculinidade branca desumanizou o homem negro e podemos observar isso quando Fanon (2008) nos diz

Que quer o homem? Que quer o homem negro? Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem. Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos. O homem não é apenas possibilidade de recomeço, de negação. Se é verdade que a consciência é atividade transcendental, devemos saber também que essa transcendência é assolada pelo problema do amor e da compreensão. O homem é um SIM vibrando com as harmonias cósmicas. Desenraizado, disperso, confuso, condenado a ver se dissolverem, uma após as outras, as verdades que elaborou, é obrigado a deixar de projetar no mundo uma antinomia que lhe é inerente. O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo. O problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de

cor de si próprio. Avançaremos lentamente, pois existem dois campos: o branco e o negro. (FRANTZ FANON, 2008)

Com isso vemos que apesar de se beneficiar de certa forma da estrutura do patriarcado, o homem negro precisa em primeiro lugar reivindicar a sua humanidade. Ele precisa lutar contra a hipersexualização onde seus corpos são animalizados como herança de uma sociedade escravocrata, onde se cria uma ideia de homem negro com um corpo viril e essa hipersexualização está para além de uma objetificação, mas uma objetificação onde a sexualidade é usada como uma forma de estabelecimento de poder, visto que o processo de colonização como já debatemos foi realizado também com o estupro, tanto das mulheres negras escravizadas, quanto dos homens negros.

Analisando também o mapa da violência, vimos que em 2019 em todo o estado do Rio de Janeiro, 3.316 homens foram assassinados; destes 851 eram homens não negros, enquanto 2.435 eram homens negros. Segundo o jornal a Folha de São Paulo, o homem negro é o que mais morre no Brasil, mas também é o que mais mata, por esse motivo é necessário estar crítico e consciente da situação em que se está inserido para não reproduzir comportamentos que atentam contra si próprio, porque é isso que faz um projeto estrutural de poder, faz com que o dominado atente contra si próprio.

Dessa forma, podemos concluir que o patriarcado trazido para o Brasil com a colonização trouxe uma ideia de como a mulher deve se comportar tanto em sua vida social quanto privada⁷. Com isso, é afetada a autoestima dessas mulheres, sua saúde mental, as psicopatologias e tantos outros aspectos que não caberiam nesse trabalho, mas que não podem de maneira alguma serem esquecidos. Fazendo um cruzamento do machismo e racismo presentes na estrutura patriarcal, é necessário reconhecer que estes se entrelaçam e se potencializam, sobretudo em uma sociedade capitalista, e atravessam a vida de homens e mulheres negras, trazendo complexos historicamente colocados que negam a humanidade desse segmento de pessoas, a população negra.

⁷ Ainda que estejamos dando ênfase na herança histórica que o patriarcado deixou na forma em que as famílias se organizam hoje no Brasil, sabemos que é um fenômeno estrutural que marca diferentes modos de produção e que é muito útil ao capitalismo.

2. OS QUILOMBOS COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

2.1 Breve histórico dos quilombos no Brasil

Falar das terras quilombolas no atual cenário político é falar de luta política, de espaços que tiveram a resistência como primeiro movimento desde que se originaram no Brasil. Os quilombos⁸, no Brasil, existem desde o período colonial, e foram espaços construídos coletivamente formando uma territorialidade negra, onde enfim podiam elaborar suas próprias formas de viver como negros. Como vimos anteriormente, não eram raras as fugas dos(as) escravizados(as) e essas fugas eram bastante significativas no processo de resistência dessas pessoas e podiam ser vistas, inclusive, como autoafirmação de sua condição enquanto humano contra o sistema escravagista. Não era simplesmente rebeldia, era uma tentativa de conquistar um espaço de liberdade mesmo que, por muitas vezes, passageira. Para a pesquisadora Amaral (2011), era necessária muita coragem para fugir da posse de seus senhores porque, ao assumir essa posição, os fugitivos eram considerados criminosos e eram perseguidos, muitas vezes com o apoio da própria sociedade.

O quilombo que mais se conhece nos livros de história, é o quilombo dos Palmares, no nordeste do Brasil. Segundo Amaral (2011, p. 36), Palmares foi um quilombo formado no século XVII, na Serra da Barriga, região entre os estados de Alagoas e Pernambuco. Localizado numa área de difícil acesso, os aquilombados conseguiram formar um Estado com estrutura política, militar, econômica e sociocultural, que tinha por modelo a organização social de antigos reinos africanos. O quilombo dos palmares foi altamente organizado e a população que se refugiava naquele território sobrevivia através da pesca, da caça, da coleta de frutas, da agricultura, praticavam o artesanato e comercializavam os excedentes com as comunidades vizinhas, chegando até a trocar alimentos por munição para proteção própria⁹.

Quando vemos que a história do negro no Brasil não é de submissão, mas sim de luta e resistência, podemos concluir que a formação de quilombos foi a concretude da

⁸ De acordo com Amaral (2011, p. 35), os quilombos ou comunidades de fugitivos existiram em diferentes áreas escravistas das Américas. Na Colômbia eram chamados de “palenques”, na Venezuela de “cumbes”, nos EUA e Caribe inglês de “maroons”, enquanto no Brasil eram chamados de quilombos ou mocambos. A origem do termo no Brasil remete ao idioma bantu onde quilombo/mocambo significava acampamento.

⁹ Ver obra de Nicolette, Carlos Eduardo. Material didático: O Quilombo dos Palmares. (2015)

resistência contra a escravidão. Silva (2012, p. 6), analisa que é neste ponto que o destino de negros e das florestas se encontram, pois o mesmo processo que tornou o negro mercadoria, força de trabalho escravizada em benefício de uma minoria branca também consumiu ferozmente os recursos naturais disponíveis no país. Os territórios ocupados pelos negros são hoje, bem como eram na época do Brasil colônia, alvos de disputas, pois sofrem especulações tanto para expansão da cultura agrícola quanto da expansão urbana. Podemos observar essa exploração de recursos e pessoas quando Silva (2012) observa que

Há claramente o consumo da natureza e dos homens, ambos coisificados. Contudo, enquanto a conquista e consequente destruição das florestas avançava, transformando drasticamente as paisagens, os povos que resistiam a serem explorados ou literalmente escravizados no processo de desenvolvimento que se instalava buscavam refúgio em áreas afastadas desse processo, nas quais a floresta consistia abrigo e possibilidade de vida em liberdade. Os indígenas, como conhecedores e muitas vezes como parte da própria natureza, conforme suas cosmologias, buscavam quando possível esse distanciamento. A eles se juntaram mestiços marginalizados e também negros que fugiam da escravização. (SILVA, 2012, p. 6).

Com isso vimos que o(a) escravizado(a) foi posto em uma posição desumanizada, tendo sido retirado o direito a permanecerem de posse de sua história, sua identidade e seus costumes. Assim como era com os colonizadores europeus, continuou sendo com as elites nacionais mesmo no pós-abolição, uma vez que permanece a lógica de um projeto territorial de apropriação de recursos e de pessoas. A escravização além de base econômica da colonização brasileira foi também o fundamento das esferas da vida social e política. Para Moraes (2005, p. 97), o escravismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência, o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força.

Não é difícil observar que foi negada ao negro a possibilidade de uma cidadania em igualdade com o restante da sociedade brasileira mesmo no pós-abolição, uma vez que eram discriminados enquanto mão de obra paga e, como já apontamos no início do capítulo, se estabeleceram comercializando seus excedentes quando possível. Silva (2012) bem observa quando põe vínculo entre a questão fundiária no Brasil e a situação em que a população negra liberta foi deixada. Se as terras deveriam ser compradas, tão logo os negros basicamente foram excluídos desse processo de compra, visto que ao serem libertos foram abandonados à sorte na sociedade, sem poder aquisitivo para

adquirir terras, isso aumentou ainda mais a falta de equidade pois sem terras para a própria subsistência, também não tinham como garantir seu sustento. Com isso voltamos à importância histórica que têm os territórios quilombolas desde aquele período até o cenário atual.

Com a Constituição de 1988, as comunidades negras ressignificaram a palavra quilombo, que passou a ser vista não apenas como um termo que designa luta e resistência ao cativeiro, mas um local de moradia e de sobrevivência das famílias negras em comunidades onde seus costumes e valores culturais são preservados. A própria Constituição Federal do Brasil de 1988 dispõe em seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. No Art. 2º do decreto de Nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, no governo do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que regulamentava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que se tratava o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispunha que “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Este decreto garantia que essas terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas tivessem o direito de se utilizar das mesmas para garantia da sua reprodução física, social, econômica e cultural, tendo a regulamentação e certificação de suas terras expedida junto a Fundação Cultural Palmares. Mas o que se vê, principalmente nos últimos anos, é um projeto de desmonte das políticas públicas voltadas à população quilombola e inclusive da própria Fundação Palmares que foi criada com o comprometimento de preservar e promover os valores culturais, históricos, sociais e econômicos da população negra, dando acesso aos programas sociais do governo federal.

2.2 O Quilombo Campinho da Independência

Segundo os dados da fundação Palmares levantados até o ano de 2020, no Brasil existem mais de 3 mil quilombos espalhados por todo território Nacional¹⁰. Quando se pensa em quilombo, a primeira narrativa que pode se formar na cabeça da maioria dos brasileiros é a de escravizados(as) fugidos(as) que foram se esconder em locais isolados e que muitos ainda vivem até hoje. Essa afirmação não está errada, mas não podemos resumir a história dos quilombos a essa narrativa, visto que existem muitas terras remanescentes de quilombos em todo o Brasil, com diversas formações e diversas particularidades, assim como aconteceu na formação sócio-histórica do quilombo pesquisado, o Quilombo Campinho da Independência.

A localização da cidade de Paraty no litoral sul do Rio de Janeiro, é bem ao fundo da baía da Ilha Grande, onde havia um caminho para Minas Gerais, caminho esse que hoje é conhecido como o Caminho do Ouro. Segundo Poliana Guimarães (2018, p. 12-13), entre 1663 e 1698 os paulistas descobriram ouro em Paraty causando enormes mudanças tanto na economia, quanto na vida da cidade de Paraty. A cidade desembarcava os(as) escravizados(as) que trabalhariam nas minas, na agricultura e no transporte de cargas. Devido ao intenso comércio e grandes quantidades de ouro que passavam por Paraty, a cidade era bastante visada pelos piratas franceses, o que levava os paratienses a negociarem com eles formando um cenário contrabandista na cidade. De acordo com a pesquisadora, o comércio de contrabando de escravos existiu em Paraty até o século XVII, enquanto no século XIX a cidade era mais favorecida economicamente pelo cultivo do café. Nessa altura, os(as) escravizados(as) eram desembarcados na cidade como uma estratégia dos senhores para fugir dos tributos, o que fazia com que o valor da mercadoria humana diminuísse e assim Paraty teve sua economia fomentada pelas atividades comerciais ligadas ao café, lojas e frete de barcos no porto envolvidos no tráfico.

De acordo com a autora Paula Castro (2018, p. 6), Paraty também foi um dos maiores polos de produção de cachaça artesanal do Brasil, o que desenha a identidade da cidade até os dias de hoje e a mão de obra escravizada africana e indígena foi utilizada no plantio da cana de açúcar. A autora aponta que os produtores de aguardente faziam uso da cachaça produzida na cidade como moeda de troca para mais escravizados(as) na

¹⁰ Ver o artigo “Quilombos ainda existem no Brasil” no site Fundação Palmares Cultural, publicado em 17 nov. 2008.

África. Porém, com a abolição da escravidão, a maior parte da população acabou por abandonar a cidade.

A formação do Quilombo Campinho da Independência foi um pouco atípica quando comparada com a formação dos outros quilombos do Brasil. Como existiam em Paraty muitas fazendas e engenhos de cana de açúcar, com a abolição da escravidão eles não se sustentavam sem a mão de obra explorada, fazendo com que os senhores do engenho abandonassem suas terras e, também, a cidade. O Quilombo Campinho da Independência tem uma história particular porque a sua população descende de apenas três mulheres registradas na história como Antonica, Marcelina e Luísa¹¹. Elas eram mucamas, ou seja, escravas que viviam dentro da casa grande realizando serviços como cozinhar, tecer e auxiliar nos serviços domésticos. Segundo a autora Livia Lima (2008), após a abolição quando os donos das fazendas deixaram a cidade, essas três mulheres ficaram nas terras em que trabalhavam e tiveram filhos e povoaram o território que hoje conhecemos como Quilombo Campinho da Independência. Até hoje só moram nesse território os descendentes quilombolas ou pessoas de fora, desde que sejam filhos ou casados com algum quilombola do território.

Segundo os dados da CPISP (Comissão Pró-Índio de São Paulo) a titulação das terras remanescentes quilombolas do Quilombo Campinho da Independência aconteceu em 19 de março de 1999, sendo 287,9461 hectares de dimensão de terra titulada expedida pela Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro (SEAF-RJ). Hoje o quilombo possui uma população de aproximadamente 59 famílias segundo o último levantamento realizado em junho de 2021, a partir dos dados da CPISP. O Quilombo Campinho da Independência foi o primeiro quilombo do estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas em 1999 e se manteve como o único a ter seu título registrado em cartório até abril de 2006, segundo dados da ICMBIO.

Assim como diversos outros territórios em espaços urbanos ou rurais, o quilombo de Paraty não escapou da especulação imobiliária e dos grileiros, sendo necessária entrar em uma acirrada disputa pelas terras que herdaram. Com a construção da Rodovia BR 101 que corta ao meio a comunidade do Quilombo Campinho da Independência, Paraty

¹¹ Ver a obra de Livia Ribeiro Lima intitulada “Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do quilombo Campinho da Independência” de 2008.

inteira foi supervalorizada e com isso houve um crescente interesse de empreendimentos turísticos, onde parte da população tradicional teve que deixar suas terras.

Dessa forma, os moradores dessa comunidade tiveram que entrar em disputa com grileiros para manter suas terras, resistindo por anos, até conseguir legalmente a sua titulação em 1999. Ainda segundo a pesquisadora Livia Lima (2008), a construção da Rodovia BR 101 trouxe mudanças na organização social e, também, do trabalho da comunidade, uma vez que o trabalho na roça passou a ser secundário, onde os moradores do quilombo passaram a trabalhar na construção da rodovia e após isso de caseiros e domésticas em um condomínio de luxo no bairro de Laranjeiras.

Sendo assim, o cultivo do milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar que outrora eram produzidos para venda, passaram a ser principalmente para consumo doméstico. A autora ainda aborda que os homens passaram a cuidar a terra em momentos de desemprego ou nos momentos de folga do trabalho assalariado, mudando assim a própria relação com a terra e toda a organização sócio espacial da comunidade.

Como a partir de então o trabalho com a terra passou a ser secundário, a principal atividade econômica do Quilombo Campinho da Independência passou a ser o turismo de base comunitária. Assim, como o turismo movimenta a cidade de Paraty, o Quilombo Campinho também adotou essa atividade vendendo produtos e atividades da vida cotidiana da comunidade, seja uma roda de jongo, uma visita guiada, uma refeição no restaurante comunitário onde são feitas comidas típicas da terra com alimentos plantados e colhidos dentro do território, passeios pela trilha ecológica, um roteiro cultural com conversas com griôs¹², mas com seus moradores sempre incentivados a não transformar sua vida em um produto a ser vendido para o turismo, e sim viver suas tradições e suas manifestações culturais porque são costumes importantes de serem preservados.

Arruti (2006) diz que o Estado encontrou diversas formas de lidar com as populações “não-brancas” ou “inferiores” mental e culturalmente, mas que era necessário serem absorvidas pela nação brasileira. Para o autor, em relação a população negra o Estado sente a necessidade de absorvê-la e integrá-la, mas sem contaminar ou deixar que

¹² Segundo Winnie Choe (2009, p. 11), a palavra griot é de origem francesa e denota a princípio os genealogistas, contadores de história, músicos e poetas populares dos grupos étnicos africanos Bambaras e Fulas na região do Mali. São etnias que transmitem sua cultura através da tradição oral onde a palavra tem poder e significado divino, possuindo compromisso com a verdade e a ancestralidade.

a imagem de uma sociedade ocidentalizante e branca seja alterada, buscando não a preservação do território, mas a mudança e a intervenção.

Preservar a identidade de um grupo étnico quilombola dentro de um Estado que tenta desde sua gênese apagar as memórias de um povo é um desafio a ser enfrentado. Como vimos anteriormente, pela necessidade de garantir a subsistência familiar, grande parte da população do Quilombo Campinho da Independência hoje trabalha fora da comunidade, seja na Vila caiçara de Trindade ou no condomínio de luxo de Laranjeiras, em sua maioria como domésticas, pedreiros, caseiros, jardineiros, cozinheiros, etc. Esse movimento de deslocamento do território para venda da força de trabalho em outros locais dentro do contexto capitalista, cabe ressaltar, de forma explorada, faz com que os costumes e a própria identidade quilombola há muito tempo guardada e preservada fique em segundo plano.

Outro ponto importante de ser abordado é a religião dentro do território. Hoje, no quilombo Campinho da Independência existem três igrejas cristãs, uma Assembleia de Deus, uma Batista e uma Católica, porém nenhum espaço dedicado a quaisquer religiões de matriz africana. Segundo Lima (2008), tia Marcelina, umas das três mulheres fundadoras do quilombo, tinha o dom de “benzer os outros”, fazer remédios e curas. Com o passar dos anos observamos que algumas “mais velhas” do território mantêm o conhecimento das ervas medicinais, mas que é uma preocupação as próximas gerações não demonstrarem tanto interesse em conhecê-las da mesma forma e, assim, passá-las adiante. Rituais religiosos de matriz africana não são comumente vistos dentro do quilombo do Campinho. Bhabha (2007) fala da importância de revermos nossa perspectiva sobre a identidade e valores estéticos e políticos sobre uma cultura, principalmente sobre aquelas que viveram extensas histórias de dominação. Preservar a identidade do território e de seus descendentes expondo, inclusive, sobre as iniquidades e discriminações sofridas ao longo do tempo, é também uma forma de corrigir o registro histórico que foi escrito por outras mãos que não a dos protagonistas da história.

3- OS REBATIMENTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO DO QUILOMBO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Neste capítulo, vamos apresentar algumas políticas públicas voltadas à população quilombola e logo em seguida traremos as entrevistas colhidas no Quilombo Campinho da Independência com a percepção dos moradores sobre as condições de vida no território, acesso aos serviços de saúde, educação e emprego, fazendo uma relação com teóricos para refletir sobre a hipótese de que a ausência ou ineficiência de políticas de reparação influenciam na saúde mental da população quilombola.

3.1 – Breve histórico de políticas públicas voltadas à população quilombola

Neste item traremos algumas políticas públicas criadas para a população quilombola em todo território Nacional, isso servirá de base para o cruzamento com os dados da pesquisa realizada no item seguinte. Todas as informações a seguir neste item foram retiradas do Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas lançado pelo Programa Brasil Quilombola¹³. Aqui separamos apenas algumas políticas contidas no Guia.

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros. O processo para essa certificação obedece a norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007). (BRASIL, 2013, p. 20)

¹³ O Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas do Programa Brasil Quilombola foi lançado em 2013 no governo da então presidenta Dilma Roussef e pode ser acessado no site do Governo Federal no link

<https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1131/SEPPIR%20GUIA%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

O passo seguinte à certificação é a abertura de processo administrativo de regularização fundiária, com o qual a comunidade passa a existir legalmente como proprietária da terra na qual se localiza e da qual tira sua subsistência. Esse processo é executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e Secretaria de Patrimônio da União. (BRASIL, 2013, p. 21)

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I, concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora, para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural. (BRASIL, 2013, p. 25).

No âmbito do Programa Brasil Quilombola, no que se refere às políticas universais de segurança alimentar e nutricional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estabeleceu metas de atendimento aos quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Cisternas. A partir do Cadastro Único, que possui um campo para identificação das comunidades quilombolas, é possível identificar as famílias que devem ser incluídas nos programas sociais do Governo Federal. (BRASIL, 2013, p. 37)

O Plano Brasil Sem Miséria tem como uma das metas o incentivo de assistência técnica continuada e individualizada aos agricultores, denominado Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), direcionado a famílias em situação de vulnerabilidade social, como famílias do semiárido, povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, entre outros, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. (BRASIL, 2013, p. 39)

O Brasil Local é um Projeto voltado para a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária. Sob o comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), o Brasil Local fomenta a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as), facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos formalização e escoamento da produção. A principal estratégia do Projeto é articular iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos

solidários. O projeto é destinado a Empreendimento de Economia Solidária (EESs) com atuação em diversos setores, como agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados em comunidades rurais e urbanas por todo o país. É conferida prioridade aos empreendimentos organizados por mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2013, p. 43).

A construção de escola quilombola – Escolas do Campo - objetiva desenvolver ações voltadas à ampliação, adequação, reforma e/ou manutenção das escolas de educação infantil, no campo, comunidades indígenas e/ou quilombolas, considerando os resultados de um diagnóstico prévio da situação das escolas da rede municipal de ensino e a progressão das matrículas em cada localidade (BRASIL, 2013, p. 44).

O PROCAMPO - Saberes da Terra visa desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores (as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental com qualificação profissional inicial, respeitadas as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo. Tem como ações específicas promover a elevação da escolaridade em Ensino Fundamental, integrada a qualificação social e profissional inicial para educandos e oferecer a especialização “lato senso aos educadores e coordenadores das áreas do conhecimento em efetivo exercício e curso de atualização pedagógica para os educadores de qualificação profissional (BRASIL, 2013, p. 46).

Como podemos observar, foram criadas diversas políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas em todo o Brasil, para inclusão, para a promoção da saúde, da educação e também para o desenvolvimento econômico da comunidade e das famílias quilombolas. No item a seguir iremos socializar o resultado das entrevistas realizadas dentro do território pesquisado.

3.2- As condições de vida e de saúde da população do Quilombo Campinho da Independência

“Eu não consigo ver que um dia o governo olhe pro Quilombo do Campinho ou pra qualquer tipo de quilombo e queira dar uma ajuda por pura vontade, possa ser que ele faça por pura pressão, né? Já temos

uma melhoria bem grande, mas digo e repito, é luta nossa mesmo.”

(Sibele)

Neste item iremos apresentar os resultados das entrevistas realizadas no Quilombo Campinho da Independência juntamente com a pesquisa etnográfica, agrupando as respostas de acordo com cada pergunta e assim associando-as aos conceitos teóricos escolhidos neste trabalho, evidenciando, assim, a relação entre a teoria e a realidade.

Dos(as) cinco entrevistados(as), três se reconhecem como mulheres cis e dois como homens cis, todos declaram sua orientação sexual como heterossexual, quatro residem no quilombo do Campinho da Independência e uma residiu no território até a vida adulta, mas hoje se encontra residindo em outro local, mas ainda no município de Paraty. Utilizaremos os nomes fictícios Maria José, Paula, Matheus, Sibele e Roberto. Quando perguntados se, na opinião deles, o território do Quilombo do Campinho recebia algum tipo de assistência do governo que melhorasse a qualidade de vida dos residentes do território as respostas foram:

Não acho que o território do quilombo do campinho hoje receba algum tipo de assistência do governo pra melhorar a qualidade de vida dos residentes. (MARIA JOSÉ, entrevista individual)

Apesar de eu não estar dentro do quilombo no dia a dia e também não obter muita informação sobre esses detalhes, eu acredito que o quilombo hoje não receba nenhum tipo de assistência como na época em que eu ainda morava lá, que foram anos, nunca vi o quilombo receber algum tipo de assistência governamental, exceto quando realmente estavam a frente os governos de esquerda que deu uma olhada pro quilombo de alguma forma, mas eu acho que atualmente não. E essa olhada que o quilombo recebeu em alguns momentos a anos atrás, eu acredito que tenha influenciado sim na qualidade de vida porque trouxe lazer de alguma forma, trouxe políticas públicas, então com certeza isso influenciou na qualidade de vida. (PAULA, entrevista individual).

Pra mim a gente não recebe nada do governo hoje, ainda mais desse governo que tá aí. Eu lembro que quando era criança tinha vários projetos, fiz curso de informática, de cerâmica, até de cartografia, tudo que aparecia eu fazia, mas hoje não vejo as crianças tendo nada pra fazer. Teve uma época que vieram aqui, fizeram a quadra pra molecada, mas nesse governo que tá aí não tô vendo assistência nenhuma pra melhorar nossa vida aqui. (MATHEUS, entrevista individual).

Hoje não, já recebeu. Mas hoje não vejo nada de mais no quilombo em relação à governo não, aqui a gente luta, é nós por nós mesmo e acho que a gente até já acostumou com isso, tá tudo bem. (SIBELE, entrevista individual).

Não recebe não. No começo dos anos 2000 mais ou menos tinha bastante coisa, a associação (de moradores) se inscrevia em vários editais e sempre tinha um cursinho ou uma oficina, mas agora acho que nem é culpa da associação, mas do país mesmo que tá quebrado. (ROBERTO, entrevista individual).

Nossa pesquisa se deparou ainda com pouca literatura acerca dos serviços de saúde da população quilombola no Brasil. Não obstante, os trabalhos disponíveis demonstram que esse grupo ainda vive em situação de vulnerabilidade, fruto de um processo histórico escravocrata, acarretando desigualdades sociais, econômicas, políticas e na saúde, bem como dificuldade e menor acesso aos bens e serviços públicos¹⁴. Vimos no subitem anterior diversas políticas criadas para atender a população dos territórios de quilombos no Brasil, porém existem fatores que causam impacto direto nas famílias quilombolas de todo território nacional, a vulnerabilidade social é um desses fatores. As iniquidades deixadas pela desigualdade de classe e raça fazem com que seja necessária muita luta em busca de reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e isso faz com que o Estado seja imprescindível no papel de resolver a situação de extrema pobreza nesses territórios com ações muito bem planejadas e efetivas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB) referidas na Resolução de nº 207, de 16 de dezembro de 1998 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa política tem como objetivo uma assistência social como política pública de seguridade social que seja permanente, para assim promover ações comprometidas com uma civilização mais justa e igualitária. Conforme podemos ver:

O estabelecido em relação às características dos municípios de acordo com seu porte é regra geral a ser seguida no processo de cofinanciamento da política de Assistência Social. Há, no entanto, grande possibilidade de ocorrerem situações específicas, não passíveis de tratamento generalizado. Tais situações deverão ser consideradas como tal, levando ao desenvolvimento de ações voltadas ao seu atendimento também de maneira específica, inclusive na diferenciação de trato quando da definição dos critérios de partilha e de transferência de recursos federais e estaduais. É o caso, por exemplo, das realidades de seca, fronteira, ribeirinha, portuária, quilombola, indígena, de floresta, bem como das realidades em que são altos os índices de mortalidade juvenil, entre outras, em que o custo dos serviços será calculado a partir da complexidade da situação e das demandas específicas que apresentam, objetivando chegar à pisos variáveis mais específicos dentro de cada nível de proteção (BRASIL, 2004, p. 152).

¹⁴ Ver o trabalho “Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia” de Karine de Oliveira Gomes, Edna Afonso Reis, Mark Drew Crosland Guimarães e Mariângela Leal Cherchiglia em 2013, p. 1830.

Dessa forma, vemos que a NOB/SUAS inclui as comunidades quilombolas como passíveis de transferência de recursos. As normas da política de assistência social também estão previstas aos moradores desses territórios espalhados por todo país. Porém, o que se percebe das questões levantadas aos(as) entrevistados(as) nesta pesquisa é que atualmente no quilombo pesquisado não há nenhum tipo de assistência pensada para o território. Abordam, inclusive que houve um período onde houve bastante assistência no primeiro mandato do então presidente Lula, mas que atualmente não se percebe nenhuma ação desenvolvida especificamente para a comunidade. Quando se fala em execução de uma política de assistência social, podemos perceber que há uma disparidade enorme entre o que está previsto em âmbito federal e o que os municípios implementam. O desconhecimento das especificidades do território e, também, da própria política faz com que todo o sistema não funcione. A necessidade é de uma assistência que priorize, sem excluir as demais parcelas da sociedade, um território que carrega historicamente uma desigualdade que precisa ser superada.

O atual governo sob o qual o Brasil se encontra já se mostrou por diversas vezes descompromissado com os territórios quilombolas e seus moradores. O atual Presidente da República Jair Bolsonaro enxerga a população quilombola como preguiçosos, que vivem às custas de programas sociais e já proferiu frases racistas e ofensivas, como por exemplo na matéria de Xavier (2022): “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano é ‘gastado’ com eles¹⁵”. Na mesma ocasião dessa entrevista, o então pré-candidato à Presidência da República chegou a afirmar segundo a matéria de Marques (2022) “Pode ter certeza que, se eu chegar lá, não vai ter dinheiro para ONG (...). Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”¹⁶. Ainda de acordo com a matéria de Marques, a Dirigente da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas, Sandra Andrade lamenta a revogação da licitação pelo INCRA em janeiro de 2022, licitação essa que iria contratar empresas para identificar e delimitar comunidades remanescentes de quilombos. Para Sandra Andrade, Bolsonaro está cumprindo o que prometeu, já que os avanços alcançados

¹⁵ Entrevista disponível no Site do Carta Capital pelo link <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contranegros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/>.

¹⁶ Matéria disponível no site da Veja pelo link: <https://veja.abril.com.br/brasil/governo-bolsonaro-sepulta-de-vez-regularizacao-de-terras-de-quilombolas/>

desde que Bolsonaro foi eleito foram apenas através de judicialização, dessa forma sepultando de vez a regularização de terras quilombolas.

Quando perguntado aos entrevistados dessa pesquisa como viam a questão do acesso a empregos no município de Paraty, obtivemos as seguintes respostas:

Eu acho que o acesso a empregos aqui no quilombo é difícil até pela baixa escolaridade, então é bem difícil. (MARIA JOSÈ, entrevista individual).

O acesso a emprego no município eu acho no momento atual algo bem escasso, não sei dizer como isso está agora, mas acredito que seja algo realmente escasso e as pessoas têm mais acesso a subempregos trabalhando dentro da informalidade, na verdade é um mal que atinge todo o nosso país atualmente. (PAULA, entrevista individual).

O acesso a empregos na cidade é difícil, você vê um monte de gente talentosa sem ter uma oportunidade, as vezes é por isso que a molecada se mete em coisa errada, não tem outra coisa pra fazer aqui. Todo mundo tem que ter alguma coisa pra fazer, se não tem coisa boa, coisa ruim sempre tem. Vou te falar, emprego a gente até acha, mas é só assim, servente (de pedreiro), trabalhar de cobrador na COLITUR (empresa de ônibus), quando dá sorte arruma um trampo num restaurante na cidade, na Trindade. (MATHEUS, entrevista individual).

Bem ruim. Bem ruim mesmo porque tudo que se diz como emprego aqui em Paraty é indicação, é politicagem, tudo tem que ter política no meio, tudo você tem que ter um peixe pra entrar em algum lugar, não adianta só você ir lá e colocar um currículo que eles vão te ligar e vão te chamar pra uma entrevista, não, não é assim. Até tem lugares que são assim, mas a maioria não são e eu acho bem ruim quando coloca política em tudo. Não sei se nos outros lugares são assim, mas Paraty ultimamente tá sendo assim. (SIBELE, entrevista individual).

aqui é muito difícil emprego, digo assim, emprego de verdade com carteira assinada. Bico a gente até arruma, é difícil, mas a gente arruma. Agora com carteira assinada é muito difícil de conseguir, é mais com indicação de alguém, sabe? Ai você consegue. (ROBERTO, entrevista individual).

O desemprego é um assunto muito preocupante no mundo contemporâneo. Em sua entrevista Paula percebe que o desemprego é um mal que atinge todo o país, realmente é, mas matérias recentes mostram que a taxa de desemprego é maior entre negros do que entre brancos. A matéria de Marchesan (2020) mostra, inclusive, que com a pandemia essa desigualdade se acirrou ainda mais devido à crise provocada pelo coronavírus onde as atividades com maior participação dos negros foram atingidas, como comércio e construção civil. O autor ainda trouxe dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que mostra o desemprego de acordo com a cor da pele, onde 17,8%

eram pretos, 15,4% eram pardos e 10,4% eram negros¹⁷. Longe de ser um problema exclusivo do município pesquisado, mas também é levantado neste trabalho como um fator importante no adoecimento mental da população quilombola presente no território.

O trabalho tem um significado ontológico na formação do ser social. Para Lukács (2012, p. 286), o trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes. Ou seja, existe um processo coexistente na relação entre a natureza e o homem.

Ainda que tenhamos visto no subitem anterior a criação de um projeto objetivando a geração de emprego e renda por meio de economia solidária, ao entrevistar os moradores do quilombo Campinho da Independência percebemos que os mesmos se consideram pouco assistidos por políticas de trabalho, emprego e renda. Em observação participante dentro do território pesquisado notamos que, independentemente de gênero, a maioria dos chefes de família trabalham em casa de veraneio de condomínios de luxo, como domésticas, caseiros, jardineiros e na construção. Alguns vivem dos artesanatos produzidos, seja vendendo na casa de artesanato da própria comunidade, seja vendendo na Casa da Cultura de Paraty ou por conta própria nas ruas históricas do centro da cidade.

Para Antunes (2002), os indivíduos desempregados que são expulsos do mundo do trabalho e consequentemente excluídos da sociedade, acabam sendo impedidos de uma vida dotada de algum sentido. Vasconcelos e Oliveira (2004) abordam sobre a influência do desemprego, que não só afeta as relações sociais, mas também causa um desequilíbrio no ambiente familiar e nos vínculos socioafetivos. Essas consequências podem ser sociais, mas também psicológicas, podendo desencadear transgressões. Esse modelo econômico capitalista naturalmente excludente pode causar no trabalhador um sentimento de fracasso ou até mesmo de desqualificação para o trabalho e isso pode ter consequências psicológicas a longo prazo.

Ressaltamos aqui a fala do entrevistado Matheus quando diz que “a molecada se mete em coisa errada” por falta de oportunidades. Esse é um dos pontos mais centrais desse trabalho, pensar nos motivos que acabam causando adoecimento mental na

¹⁷ Disponível no site da UOL pelo link <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/16/desemprego-pandemia-negros.htm>.

população do Quilombo Campinho da Independência. Quando Matheus traz sua percepção de que as crianças e adolescentes se envolvem com coisas erradas porque não tem outra coisa para fazer levanta-se um alerta da necessidade de perspectiva e projetos de vida para os moradores do território.

Brisola (2012, p. 136) diz que não se pode ignorar o fato de que a cultura da criminalização da pobreza é alimentada diariamente pela mídia que explora e supervaloriza convenientemente a criminalidade, associando-a aos menos favorecidos enquanto ignoram as violações de direitos das quais esta parcela da sociedade é vítima, inclusive e especialmente por parte do Estado. É necessário refletir sobre as políticas excludentes que acentuam as desigualdades sociais e raciais, o que é bem característico da sociabilidade capitalista, onde os pobres são criminalizados por sua condição e atordoados pelo traiçoeiro discurso meritocrático. Estamos no século XXI e ainda hoje o racismo não é abordado da forma que deveria, a sociedade brasileira permanece optando por silenciar o tema e seus impactos na vida da população negra e isso faz parte de um grande projeto político e ideológico que está em curso.

O sofrimento da população negra não findou com o fim da escravidão, uma vez que o racismo foi, e ainda é, funcional ao modo de produção capitalista, ele precisa ser reconhecido como fator estruturante das relações sociais, para que o mito da democracia não continue enganando pessoas pelo Brasil afora. É imprescindível falar sobre a questão do genocídio¹⁸ que a população negra sofre no Brasil. Segundo a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1952), em seu artigo II, entende-se por genocídio:

qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

¹⁸ Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1952/D30822.html. Acesso em: 13 jul. 2022.

Em poder dessas informações, podemos afirmar que a população negra no Brasil constantemente sofre atos genocidas. Podemos citar exemplos como: o assassinato de jovens negros, os constantes ataques às casas de religiões de matriz africana, a extrema pobreza com insegurança alimentar à qual a população negra é submetida, os altos níveis de violência obstétrica e morte materna das mulheres negras, o encarceramento em massa, entre outros exemplos. E quando falamos de encarceramento em massa, o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹⁹ aponta que existe uma forte desigualdade racial no sistema prisional onde se percebe maior severidade de tratamento e de punições direcionadas aos negros. Segundo o anuário divulgado em 2020, em 15 anos a proporção de negros no sistema carcerário aumentou em 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. Dos 657,8 mil presos em que houve a informação da cor/raça disponível, 438,7 mil eram negros (66,7%). Então, a luta que se instaura é em busca de pôr um fim no projeto genocida que se instalou desde a escravização até os dias de hoje. Dessa forma, pensar no adoecimento mental dessa parcela da população e não fazer uma ligação imediata com todas as iniquidades sofridas ao longo dos anos é praticamente impossível.

Quando perguntados se achavam que a cor de suas peles e/ou o lugar onde residiam influenciava nas suas condições de vida, bem como de suas famílias, tivemos as seguintes respostas:

Com certeza, o fato de morar onde eu moro, o fato da cor da minha pele com certeza influencia porque os olhares não são voltados para pessoas da minha cor, pra pessoas que moram onde eu moro da mesma forma que são olhadas as pessoas que moram em outros lugares, tipo na cidade ou num lugar que tenha uma condição melhor. (MARIA JOSÈ, entrevista individual).

Acredito que se eu residisse no quilombo do campinho com toda certeza isso influenciaria nas minhas condições de saúde, saúde como um todo, inclusive a mental e da minha família. A minha pele me acompanha em qualquer lugar que eu vou, em qualquer lugar que eu vá a gente vai ter essa discriminação e esse preconceito acompanhando pra onde quer que a gente vá. Principalmente se você quiser e puder alcançar novos horizontes, deixar pra traz o subemprego e tentar construir algo, uma carreira, um nome, o preconceito fica muito mais latente, muito mais evidente. (PAULA, entrevista individual).

Eu acho que sim porque a gente vê o branquinho que estudou com a gente na mesma escola numa situação um pouco melhor, digo assim, na saúde como um todo, porque desgosto também causa doença. Hoje tá difícil pra todo mundo mesmo, mas acho que se a gente tivesse outra cor, viesse de outro lugar, as coisas iam ser um pouco diferentes. (MATHEUS, entrevista individual).

Não, não acho que influencia não, o tratamento é igual. Inclusive eu tô vendo muitos pretos e pretas na área da saúde, tanto no hospital quanto no ESF, tem

¹⁹ Ver matéria da Carta Capital disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2022.

me deixado muito feliz pessoas assim no movimento, mesmo quando eu não via tanto eu já era tratada igual, agora com pessoas iguais a mim lá dentro tem ficado melhor ainda. (SIBELE, entrevista individual).

Eu não sei, acho que sim, sabe? Assim, a saúde aqui é ruim pra todo mundo, mas eu sinto que tem um preconceito a mais quando a gente é preto, uma desconfiança, um nojo, sei lá, pode ser da minha cabeça, mas eu sinto isso. (ROBERTO, entrevista individual).

Vimos no capítulo anterior os conceitos de higienismo e eugenia. No processo de embranquecimento que o Brasil enfrentou, até a elite médica deixava com que as doenças que eram prevalentes em negros se perpetuassem para que a população negra fosse dizimada e a população branca se tornasse pura com o passar dos anos. Janz Júnior (2011) aponta que a dupla “higiene-eugenia” foi muito utilizada no discurso de promoção de saúde no Brasil por médicos e, também, educadores. O novo quadro dos grandes centros urbanos foi marcado por um rápido crescimento populacional, então criou-se uma demanda em busca de soluções higiênicas que permitissem novos rumos para questões urbanas e sociais.

Larocca (2009) reflete sobre esse contexto onde médicos higienistas foram protagonistas nesse processo, disseminando um discurso construído com elementos completamente eugênicos e higienistas onde se buscava a melhoria da sociedade. A autora diz que a classe médica se autodelegou o papel de higienizar a população se utilizando de recursos diversos para divulgar seus ideais. Para Regina Penteado (2005, p. 14), resquícios da abordagem higienista encontram-se presentes até hoje nas ações educativas em saúde e nas campanhas sanitárias. Estas últimas, muitas vezes, abordam os problemas de maneira isolada e se restringem à difusão da informação sem estabelecer relações com as condições de vida, aspectos culturais, históricos e políticas públicas. Contextualizando as opiniões que foram colhidas nas entrevistas realizadas no quilombo Campinho da Independência com as referências teóricas trazidas neste trabalho, é possível estabelecer uma ligação entre o sentimento de discriminação apontada pelos entrevistados e o conceito de higienismo e eugenia residuais do início do século XX.

Hoje temos a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que foi criada com o objetivo de responder às desigualdades em saúde da população negra, uma vez que é reconhecido que as condições de vida dessa população são resultados de um injusto processo cultural, social e econômico inerente à história do Brasil. Segundo informações retiradas da própria cartilha elaborada pelo Ministério da

Saúde²⁰, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão, voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra.

Em parte de sua entrevista, Roberto traz sua percepção de ser atendido nos serviços de saúde com preconceito, desconfiança e nojo. Destacamos esse trecho porque isso reflete muito a necessidade de a PNSIPN funcionar de forma eficaz e efetiva eliminando as desigualdades étnico-raciais e o racismo de dentro dos serviços de saúde, a fim de que essa população se sinta integralmente e igualmente atendida.

Sibele traz sua percepção de que na Estratégia de Saúde da Família atualmente existem muitas profissionais negras e que isso faz com que ela sinta um atendimento ainda melhor, com isso podemos levantar aqui a reflexão da importância da representatividade em todos os espaços. O próprio site do Senado Federal²¹ traz os dados do IBGE que dizem que negros representam 56% da população brasileira, tão logo esses números também deveriam estar refletidos nos empregos, nos serviços públicos e, também, nos cargos de decisão espalhados pelo país.

Matheus traz a frase que talvez seja a mais impactante e que define muito bem o tema proposto neste trabalho “desgosto também causa doença”. Garantir condições de igualdade e oportunidades para toda a população, sem distinções, também é uma forma de prevenir muitas dessas doenças. Nesse sentido, é importante realizar uma reflexão sobre a possibilidade de uma abordagem de saúde diferenciada em função das características ambientais e socioculturais, com capacitação de profissionais da saúde para trabalharem em territórios de comunidades tradicionais, para que essa parcela da população se sinta integralmente atendida.

²⁰ Ver a cartilha “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS” publicada em 2010, disponível no Site do governo federal no link https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf.

²¹ Matéria disponível no site do Senado Federal pelo link <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa>

Quando perguntados se conseguiam visualizar melhorias de vida, obtivemos as seguintes respostas:

Eu não visualizo uma melhora, no caso estou falando de mim mesma, até pela minha idade, então economicamente não vejo melhora nenhuma. Saúde e educação eu também não me vejo tendo uma possibilidade hoje na educação, é algo que é possível, mas não é fácil. A saúde a gente tá vendo uma melhora, eu vejo o SUS dando uma atenção um pouco melhor e então a saúde eu ainda consigo visualizar dias melhores. (MARIA JOSÉ, entrevista individual).

A gente trabalha pra isso né, porque se for esperar alguém dar nunca vai ter. A gente trabalha pra dar uma condição melhor pra nossa família, tá rolando uma luta aí por uma educação diferenciada aqui no quilombo, pra molecada crescer sabendo nossa história, quem a gente é e valorizar isso. (MATHEUS, entrevista individual).

Futuramente assim falando não consigo. Eu não consigo ver que um dia o governo olhe pro Quilombo do Campinho ou pra qualquer tipo de quilombo e queira dar uma ajuda por pura vontade, possa ser que ele faça por pura pressão, né? Já temos uma melhoria bem grande, mas digo e repito, é luta nossa mesmo, a gente que vai lá, corre e tem que brigar muito pra alguma coisa acontecer, mas por vontade deles não. (SIBELE, entrevista individual).

Não vejo nada. Eu já vivi muita coisa e sempre foi difícil, desde quando era só eu, meus pais e meus irmãos, até hoje que eu tenho minha família, a gente começava a trabalhar muito cedo e trabalha até hoje. Cada dia que passa as coisas ficam mais difíceis, a meninada está tendo oportunidade de estudar e talvez isso ajude, mas também você vê gente que estuda, volta pra cá e continua na mesma situação, então eu não vejo como melhorar se a nossos pais trabalham desde que a gente era criança e até hoje nada melhorou. (ROBERTO, entrevista individual).

Se observarmos o cotidiano das políticas de saúde mental, será possível perceber que existe uma realidade de exclusão social e pobreza de uma grande fração dos usuários do SUS. Ribeiro et al (2006) ao realizarem um estudo epidemiológico dos usuários do SUS, destacaram que em sua maioria eram adultos, de ambos os sexos, pretos ou pardos, de baixa renda, baixa escolaridade e estado de saúde de regular a ruim. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) existe uma relação entre a pobreza e a saúde mental. De acordo com a organização:

Os pobres e os desfavorecidos acusam uma prevalência maior de perturbações mentais e comportamentais, inclusive as causadas pelo uso de substâncias. Esta maior prevalência pode ser explicada tanto por uma maior susceptibilidade dos pobres, como pelo eventual empobrecimento dos doentes mentais. (OMS, 2002, p.44).

Podemos destacar na fala dos entrevistados, que os mesmos não veem melhorias em suas condições de vida e nem de suas famílias, seja pela idade, escolaridade, baixa renda, ausência de empregos ou até ausência de uma educação mais abrangente e

diferenciada no contexto quilombola; alguns deles até ressaltam que as pequenas melhorias que o território conquistou no decorrer dos anos foram frutos de anos de resistência e de luta. Guimarães et al. (2011) interpretam que tanto a pobreza, quanto a exclusão e a desigualdade social contribuem diretamente para o agravamento das condições de saúde da população. Segundo os autores, muitos transtornos mentais estão associados à falta de perspectiva de vida proveniente dos contextos de miséria. Sendo assim, torna-se possível uma reflexão sobre a condição de adoecimento mental dos entrevistados no quilombo Campinho da Independência, uma vez que, em sua totalidade, responderam que não conseguem visualizar melhorias nas suas condições de vida e de sua família, tanto de saúde, quanto de educação e econômicas.

É importante destacar neste trabalho a fala do Matheus quando diz que atualmente existe uma luta por educação diferenciada dentro do território. Na Feira Literária Internacional de Paraty (FLIP) de 2019 houve uma tenda para tratar exclusivamente do tema da educação diferenciada. Para o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) a educação diferenciada é importante estrategicamente por dois motivos que ameaçam a sobrevivência dos modos tradicionais de vida nessas comunidades, sejam quilombolas, caiçaras ou indígenas. O primeiro motivo é simplesmente a impossibilidade de acesso escolar, já que muitas comunidades tradicionais não possuem esse acesso nem mesmo ao ensino fundamental e o segundo motivo é a negação dos saberes e valores tradicionais pelo modelo político-pedagógico das escolas acessíveis à essas comunidades²². Uma das falas de Ronaldo Santos, quilombola morador do Quilombo Campinho da Independência e integrante do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada de Paraty, durante a tenda da Educação Diferenciada na FLIP foi:

A educação diferenciada é uma pauta crescente nas comunidades porque já existe o senso comum de que uma escola sem contexto é tão ruim quanto a falta da escola. Só a educação diferenciada pode reforçar a luta política das comunidades, a identidade cultural e a consciência coletiva pela defesa dos territórios e dos modos de vida tradicionais. (informação verbal)²³

²² Matéria disponível no site do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina divulgada em 2019 através do link: <https://www.otss.org.br/post/tenda-da-educacao-diferenciada-integra-a-programacao-da-ocupa-flip-2019>. Acesso em: 13 jul. 2022.

²³ Entrevista concedida por Ronaldo dos Santos na Tenda da Educação Diferenciada realizada na Feira Literária Internacional de Paraty em 13 de julho de 2019. Disponível no link: <https://www.otss.org.br/post/tenda-da-educacao-diferenciada-integra-a-programacao-da-ocupa-flip-2019>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Acreditamos que pensar uma educação diferenciada dentro dos territórios tradicionais quilombolas, caiçaras e indígenas, para além de preservar os saberes e valores tradicionais, servem também para fomentar uma educação antirracista, o que teria um impacto muito grande em toda a vida escolar dessas crianças e adolescentes.

O racismo e as desigualdades raciais também são fatores que podemos relacionar diretamente com o adoecimento mental da população negra. Violência, agressão e opressão são realidades que afetam diretamente na saúde mental das pessoas, dessa forma o racismo como sendo uma crença veemente na superioridade de uma raça sobre a outra acaba por violentar, agredir e oprimir seus alvos. Quando perguntados sobre o que era racismo, os entrevistados responderam:

Eu penso que racismo é você ser menosprezada, ridicularizada, impedida de estar em determinados ambientes por conta da minha cor. Eu tô falando da cor, mas também pode ser por causa da minha religião, enfim. (MARIA JOSÉ, entrevista individual).

Racismo pra mim é um problema que não é meu, é um problema que não é nosso enquanto pessoas negras, não-brancas. Nos obrigam a resolver um problema que não fomos nós que criamos, com a formulação dessas teorias baseadas na suposição de haver uma hierarquia de raças, então definitivamente o que eu penso sobre o racismo é que ele é um problemaço, mas que não é meu, que não é nosso. Infelizmente a gente precisa combater isso, a gente precisa dispende de uma energia gigantesca pra combater um problema que não é nosso. (PAULA, entrevista individual).

Racismo pra mim é um câncer, colocaram na cabeça de uma galera que eles são melhores, mais bonitos, mais inteligentes e eles acreditam nisso, a gente é maltratado por causa disso. (MATHEUS, entrevista individual).

Racismo pra mim é preconceito, discriminação com uma pessoa por conta da sua cor de pele. Pura besteira, né? (SIBELE, entrevista individual).

Racismo pra mim é discriminação pela nossa cor. A gente nasce assim mais pretinho e parece que só por isso já somos errados, já somos bandidos, estão sempre desconfiando da gente. Racismo é deduzir uma coisa só por causa da nossa cor, sendo que bandidagem não tem cara e nem tem cor também, não é a cor que define quem é bandido e quem não é. (ROBERTO, entrevista individual).

Em seu trabalho, Silva (2005 p. 129) afirma que a grande maioria da população negra vive em incessante sofrimento mental devido, por um lado, às condições de vida precárias atuais e, por outro, à impossibilidade de antecipar melhor futuro. Para o autor, essa parcela da população apresenta sintomas tanto físicos quanto psíquicos causados por essa condição permanente de tensão emocional, ansiedade e angústia, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento. O racismo e suas atitudes têm uma característica de se infiltrarem nas estruturas sociais, sejam elas de acesso à saúde,

de educação ou nos equipamentos do Estado e isso faz com que o tratamento seja desigual e iníquo. Ainda que essas iniquidades passem despercebidas pelos olhos da sociedade, são diariamente sentidas pela população negra.

Maria José aborda em parte de sua entrevista um ponto muito importante de ser discutido: o racismo religioso. Assim como o samba, a capoeira e a cultura que vinham da África trazidos pelos(as) escravizados(as) e que foram criminalizados e perseguidos no Brasil no pós-abolição, reforçados no Código Penal de 1890 onde havia um capítulo exclusivo para falar dos “vadios e capoeiras”, as religiões de matriz africana foram e ainda são perseguidas até hoje. As academias de Direito e Medicina na época foram responsáveis por moldar esses discursos, assim como mostra Márcio Araújo (2007):

As Faculdades de Direito e as Escolas de Medicina imbuíram-se da tarefa da produção de um saber-poder que possibilitasse a superação da herança negra como a solução dos problemas da nação. Dão início a construção da ideologia do branqueamento e suas políticas de eugenia da população, onde os discursos jurídicos e da medicina se entrelaçam como fundamentação da necessidade de reprimir as manifestações religiosas e culturais do negro. (ARAÚJO, 2007, p. 15 e 16)

Hoje as práticas religiosas e culturais vindas de África não são consideradas crimes, mas infelizmente não são raros os casos que vemos de casas de religiões de matriz africana sendo atacadas e depredadas em todo território nacional. O Código Penal de 1890 regulamentava a prática de criminalizar e perseguir para manter a ordem pública e o controle social da população negra e suas religiões. Hoje vemos uma liberdade regulamentada, porém também uma instrumentalização de controle sobre as comunidades de terreiro. Então fica bem claro que o racismo e todas as suas facetas são base estruturante da sociedade brasileira e isso dá fundamento às práticas discriminatórias voltadas à comunidade negra e sua religiosidade. O Estado que deveria ser laico não se desvincula de uma religião e nem age contra o ódio criado que viola todo os dias o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana.

Destacamos aqui parte da fala da entrevistada Paula quando ela diz que “o racismo é um problema muito grande, mas que não é problema nosso”. É importante refletir sobre essa fala, a luta contra o racismo não é de responsabilidade da população negra, uma vez que a população negra é vítima do racismo, assim como a população indígena do nosso país.

O que cabe nessa luta antirracista que estamos há tempos construindo é a branquitude reconhecer o seu local de privilégio e realizar uma autocrítica do papel fundamental que tem nessa luta. É muito importante que a população branca faça esse movimento de reflexão sobre o lugar mais elevado em que foram deixados na hierarquia racial imaginária que foi criada onde os não-brancos são classificados como inferiores.

Quando Paula diz que o racismo não é problema nosso, é porque rever e abrir mão de seus privilégios cabe única e exclusivamente à população branca, seja em rever suas vantagens materiais e simbólicas, seja em rever os locais de fala que os cabem ou não, seja em não silenciar a produção científica negra ou seja não se calando frente a atitudes racistas cometidas por outras pessoas brancas. É necessário que se interessem pelas questões raciais, sair da sombra do desconhecimento em que alguns se escondem quando são confrontados sobre alguma atitude racista e então ouvimos a famosa frase “eu não sabia”. Foi isso que Paula quis trazer na sua fala sobre o racismo.

Quando perguntados se já haviam sofrido racismo e em quais situações, os entrevistados responderam:

Eu na verdade provavelmente já sofri racismo, mas eu não conseguiria agora descrever o momento e situação, porque as vezes você entra em determinados estabelecimentos e aí você vê um olhar te acompanhando, pelo fato de você ser negra, mas não foi algo que me incomodou a ponto de eu sair do ambiente, enfim, é algo sutil, mas já aconteceu. Eu que não dei muita atenção. (MARIA JOSÉ, entrevista individual).

Essa é uma pergunta bem difícil assim, porque sim eu já vivenciei racismo e com toda certeza continuo vivenciando, mesmo que de uma forma velada, mas a escola pra mim foi um dos períodos que eu mais sofri racismos na minha vida, seja ele de forma velada ou seja ele de forma escrachada, a escola realmente eu tenho um bloqueio emocional por conta de algumas situações que eu vivenciei nela. Pra mim realmente foi o período mais marcante, mais cruel pra mim, mas já vivenciei racismo em trabalhos né, empregos, aquela coisa toda que a gente já sabe, mas na escola era tanto entre alunos, quanto por parte de alguns professores também. Então escola pra mim é algo que hoje eu não consigo nem olhar pra algumas pessoas que estudaram comigo, por mais que eu tente pensar que talvez aquela pessoa evoluiu em algum ponto, se desconstruiu, ou ela aprendeu alguma coisa hoje, mas por via das dúvidas por eu não ter certeza eu acho que existe um bloqueio realmente de eu ter algum tipo de contato com essas pessoas hoje, a ponto de não aceitar nem um convite de rede social por exemplo, nenhuma solicitação de amizade. Mas não só, eu falo da escola porque a escola realmente foi o período mais marcante, mais cruel pra mim, mas já vivenciei racismo em trabalhos né, empregos e o racismo nosso de cada dia em lojas, enfim. (PAULA, entrevista individual).

Às vezes é até melhor a gente arrumar um trampo dentro da comunidade mesmo ou trabalhar pra gente mesmo, porque trabalhar pros outros a gente sempre vai ouvir gracinha, piadinha com cabelo, com a roupa, isso chega a ser cansativo as vezes. (MATHEUS, entrevista individual).

Sim. Direta e indiretamente né. Já sofri racismo na escola, que eu me lembre assim mesmo eu sofri na escola, diretamente né, virada pra mim mesmo. E indiretamente na vida né, a gente respira o racismo, fazer o quê? (SIBELE, entrevista individual).

Você até me desculpa, mas perguntar pra um preto se já sofreu racismo é chover no molhado, já briguei muito por isso. Na escola era me chamar de macaco e eu saía na mão. Tem criança que é ruim, época de escola pode ser um inferno, é muito apelido que te colocam, não tem como não se afetar. (ROBERTO, entrevista individual).

Observando o relato de Maria José, vemos que ainda que ela se entenda como negra, existe um processo de normalização do racismo sofrido. Em sua fala ela diz não saber exatamente em que momento sofreu racismo, mesmo ela tendo percebido situações como olhares a acompanhando de forma diferente dentro de lojas, mas que ela preferiu não dar atenção ao fato. Então é possível perceber que o racismo está tão emaranhado nas estruturas e nas relações sociais que ela acaba por ser naturalizada e algumas pessoas negras veem como solução ignorar o racismo sofrido para seguir em frente.

Em sua percepção, Matheus diz ser melhor trabalhar dentro da própria comunidade ou de forma autônoma para evitar situações de racismo pela cor, cabelo, vestimentas e que isso traz um estado de cansaço. Pensar nessa fala nos traz a importância de refletir sobre como o racismo estrutural acaba levando à construção de uma segregação racial, por vezes velada. O professor Kabengele Munanga reflete muito sobre a segregação disfarçada que acontece no Brasil quando diz:

No Brasil e em outros países da América do sul, existe uma segregação de fato que cruza o critério da raça com o de classe social, contrariamente à segregação institucionalizada pelas leis que existiu nos dois países referidos (EUA e África do Sul). É por isso que algumas pessoas pensam que não há racismo propriamente dito no Brasil quando comparado a esses países, que tiveram um regime de segregação espacial institucionalizada (MUNANGA, 2010, p. 8)

Desta forma, mais uma vez o mito da democracia racial faz com que a população acredite que não há racismo no Brasil, tão logo, a segregação racial e espacial não existem. Porém, a fala de Matheus reflete muito bem a forma como existe uma segregação no mercado de trabalho onde os negros tendem a ocupar os cargos informais, da mesma forma que existe segregação espacial onde os negros tendem a residir nas periferias longe das áreas nobres da cidade. A necessidade é de um desenvolvimento igualitário onde

realmente haja uma democracia racial e não apenas um mito, para assim ser possível igualdade de acesso, de oportunidades, de qualificação e de crescimento para todos.

Os relatos colhidos também fazem com que outro ponto importante seja posto em pauta de discussão, o quanto o período escolar pode ser marcante e traumático para crianças negras. Alguns autores²⁴ inclusive discutem como o racismo sofrido no período escolar, as vezes até por parte dos próprios docentes como foi levantado por Paula na entrevista individual, pode afetar negativamente no aprendizado. A discriminação sofrida em sala de aula pode gerar transtornos por toda trajetória escolar. Para Kabengele Munanga (2005), é de extrema importância e necessidade que o professor ajude o aluno que sofre discriminação para que ele possa ver com dignidade e orgulho para as diferenças que carrega, mesmo com toda imagem construída negativamente ao redor de toda uma parcela da população.

A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 obriga o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio tanto oficiais quanto particulares. Essa lei foi criada com o intuito de tornar público o conhecimento da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e sobre o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Cumprir essa lei é uma forma de integrar questões étnico-raciais e assim tentar progredir na discussão a respeito das desigualdades raciais, oferecendo uma educação mais democrática e igualitária, então reiteramos a importância do MEC fiscalizar a obrigatoriedade do cumprimento dessa lei como uma das estratégias da luta antirracista dentro das escolas. Dessa forma, faz-se necessária uma reflexão sobre a capacitação na formação de professores e de toda equipe escolar para saberem identificar situações de racismo dentro do ambiente de ensino. É uma responsabilidade de toda a sociedade transformar as pessoas, lutar contra práticas racistas e preservar fazeres que envolvam o respeito entre as pessoas, para assim formarem pessoas conscientes da riqueza que trazem para o contexto cultural e identitário do país.

O conceito raça sequer se sustenta biologicamente²⁵. Na obra de Birchall et al (2005-2006), os autores apontam que os avanços da genética molecular e o

²⁴ Ver o trabalho de Flávia Rodrigues Lima da Rocha e Nayra Lima Braga intitulado “os reflexos do preconceito na escola e sua influência na aprendizagem do aluno” de 2016.

²⁵ Ver a obra de Sérgio D. J. Pena e Telma S. Birchall intitulado A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social?” de 2005-2006.

sequenciamento do genoma humano tornaram possível um detalhado exame da correlação entre a variação genômica humana, a ancestralidade biogeográfica e a aparência física das pessoas, mostrando que os rótulos previamente usados para distinguir “raças” não têm nenhum significado biológico. A ideia veemente de que existem diferenças biológicas que fundamentem a separação dos humanos por raças, possibilitou um sentimento de superioridade de onde foram cometidas muita discriminação, exploração e atrocidades. O conceito de raça ainda persiste porque, dessa forma, é viável permanecer privilegiando culturas, crenças e características que não passam de construção social. No Brasil, o mito da democracia racial faz com que muitos nem percebam que as iniquidades que sofrem são ocasionadas simplesmente pela tonalidade da sua pele e sua aparência física, ainda que isso, geneticamente, não o torne significativamente diferente de ninguém.

O Serviço Social tem como base de sua formação a Questão Social o exercício profissional dessa categoria é voltado para suas expressões. Para Yamamoto (2003, p.27), “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Hoje podemos dizer que a Questão Social está expressa nos diversos tipos de desigualdades e injustiças, está expressa também nas formas assimétricas em que as relações sociais se colocam. Já abordamos anteriormente neste trabalho sobre a questão de acesso à empregos, educação e serviços de saúde dos moradores no Quilombo Campinho da Independência. Quando perguntados se se sentiam prejudicados no acesso a oportunidades de empregos, para acessar os serviços de saúde e de educação tivemos as seguintes respostas:

Como eu falei, as vezes é até melhor trabalhar pra gente mesmo, vender os produtos que a gente faz tirando da terra, porque é muito complicado pra gente da nossa cor conseguir um trabalho responsa, que valorize a gente e que não diminua a gente. (MATHEUS, entrevista individual).

Sim, com certeza. Eu ainda costumo falar que se você for disputar uma vaga de emprego com um branco, tu não passa não. É chato isso? É, pra caramba, mas o que que a gente vai fazer? A gente tá lutando dia após dia pra isso mudar, é ter fé e esperança num mundo melhor né? Ter fé em Deus. (SIBELE, entrevista individual).

Eu acho assim, a saúde tá ruim pra todo mundo, emprego tá ruim de conseguir, principalmente de carteira assinada pra gente que é pretinho, educação até que tem, mas a gente tem que escolher entre trabalhar pra conseguir comprar uma comida, uma roupa e estudar, então a educação acaba ficando em segundo

plano e sem educação ninguém melhora nada. (ROBERTO, entrevista individual).

Observamos em parte da entrevista que um dos respondentes via no trabalho autônomo a única oportunidade digna de ter uma renda sem ser explorado. Outra entrevistada traz sua observação de que o mercado de trabalho é excludente para pessoas negras de forma oposta a que é para pessoas brancas. O outro entrevistado levanta outros pontos, sendo a dificuldade de encontrar um emprego formal, tornando-se necessário um trabalho dentro da informalidade e, também, a escolha com a qual muitos se deparam de trabalhar ou estudar. Segundo ele sustentar financeiramente a família acaba sendo mais importante do que continuar os estudos e então esse ciclo de ausência de melhorias acaba se fincando por gerações.

Neste trabalho adotamos o método de pensar na formação social brasileira porque é necessário enxergar que a história não é estática. Para entender o Brasil de hoje é preciso compreender a história de maneira dialética para assim ser possível refletir sobre as contradições inerentes nas relações capitalistas. A história da formação social do Brasil é toda atravessada pela Questão Social causada pelas desigualdades econômicas, culturais e políticas. As expressões que mais pesam na vida da população brasileira são a questão de classe e a questão racial, e o trabalho está em posição central dentro dessa discussão. Segundo Ianni²⁶:

Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira lida-se principalmente com as relações, processos e estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República. (IANNI, 2004, p. 77)

Quando pensamos em formação do Brasil, podemos citar o trabalho escravizado e o modo em que os negros tiveram sua força de trabalho explorada e como isso mostra de forma transparente a questão social. Ainda que a abolição tenha acontecido, cabe ressaltar, de maneira tardia no Brasil, os libertos puderam trabalhar de maneira “livre”,

²⁶ IANNI, Octavio. A Questão Social. In: Octavio Ianni - Pensamento Social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Pág. 103.

porém se mostrou uma forma diferente de relação de poder entre quem detinha dos meios de produção e quem detinha a força de trabalho a ser comprada. Para Schwarz (2000), a marginalização do negro é fruto do obscurantismo da ideologia liberal, considerado como fetichismo por encobrir que o racismo está impresso nessa marginalização.

Sendo assim, não era o negro que não estava pronto para assumir os “trabalhos livres”, mas sim a ideologia com fundamentos racistas que afastaram o negro das possibilidades de emancipação prometidos pela modernidade. Ainda sobre esse período Otávio Ianni (2004, p. 105) aponta que “os diagnósticos indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem à raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.”

Em uma última pergunta feita aos entrevistados, questionamos se achavam que o racismo e as heranças deixadas pela escravização, ainda hoje, influenciam no adoecimento mental da população quilombola, e obtivemos as seguintes respostas:

Eu creio que talvez não pra mim, mas creio que pra outras pessoas o racismo e a herança da escravidão deixou sim uma marca que hoje influencia as pessoas mentalmente na população quilombola, porque são pessoas que viveram sempre a margem de tudo, com muita luta, com muita dificuldade e aí a gente vê essa realidade na quantidade de pessoas negras que vivem na rua, que catam latinha, que tem uma vida assim muito difícil, então eu vejo isso como uma herança, uma herança muito ruim da escravidão no passado. (MARIA JOSÉ, entrevista individual).

Com toda certeza! Com toda certeza que o racismo e todos os males oriundos do racismo e da escravidão influenciam no adoecimento mental, não tem como ser diferente. E o mais cruel nisso tudo, aliás, se é que tem como a gente estabelecer o que que é mais ou menos cruel, na verdade então diante de toda essa crueldade, uma das coisas que mais me afetam, que mais me trazem reflexões é em relação a esse reconhecimento da população quilombola sobre esse adoecimento mental, ou seja, as pessoas elas estão adoecidas, estão adoecendo e muitas das vezes elas nem se dão conta que é por conta do racismo e é por conta dessa herança toda da escravidão e vai morrer sem saber, muita gente vai morrer sem ter a menor noção de que ela foi uma vítima desse reflexo todo. (PAULA, entrevista individual).

Eu não pensava muito sobre isso, mas de uns tempos pra cá eu tenho pensado muito. Eu acho que tem a ver sim. A gente vê pai de família aí afundado na droga pra fugir da realidade, tá ligado? Você imagina você ter um monte de boca pra alimentar em casa e não ter de onde tirar. Não tô dizendo que acho certo, mas as vezes o certo não é suficiente pra pessoa. Tem muita gente doente também, não só da cabeça, mas a situação que muitos vivem, minha situação não é das piores, tem gente em situações que não tem como sair com a cabeça boa mesmo não e eu acho que tem a ver sim, criaram uma desigualdade que até hoje tamo correndo atrás pra igualar, mas tá difícil, nem sei se tem como. (MATHEUS, entrevista individual).

Possa ser que sim, porque o povo sofreu muito né? O povo sofreu muito e é o nosso povo né, é o nosso sangue e isso reflete na gente né. E a gente vê tanta tristeza, tanto racismo, tanta coisa ruim, a nossa cabeça fica a milhão né. Não é só isso que pode deixar uma pessoa hoje mentalmente doente, mas que ajuda, que colabora, isso com certeza. Não é dizer que um branco não vai ficar doente, mas que nós pretos levamos uma carga a mais, isso com certeza. (SIBELE, entrevista individual).

Deixou né. Porque a gente tá por conta própria desde lá atrás até hoje, a gente tem que trabalhar o dobro pra conseguir a metade do que eles conseguem. Imagina você subir uma escada carregando cem quilos nas costas, subir carregando cem quilos já seria difícil, agora você imagina carregar cem quilos e ainda estar sendo apedrejado ao mesmo tempo, é tipo isso que a gente passa, como se não fosse difícil o suficiente, a gente ainda, como vou dizer, ainda enfrenta mais dificuldades pelo caminho do que eles. O racismo te priva né, priva da educação e da comida também e isso deixa a gente doente. (ROBERTO, entrevista individual).

Em parte de sua entrevista, Matheus reflete como existem pais de família “afundados na droga” para fugir da realidade das desigualdades sociais e raciais, além da falta de oportunidades advinda destes. Este é um ponto delicado a ser explorado. João Raphael Ramos dos Santos²⁷, escritor e sociólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro faz uma reflexão muito oportuna sobre o tema em seu trabalho intitulado *Racismo: um paralelo sobre a política de guerra às drogas no Brasil*²⁸. Neste trabalho, o autor traz uma pesquisa realizada pelo Dr. Carl Hart, neurocientista e o primeiro afro-americano a ser professor titular na Universidade de Columbia em Nova York (EUA) e, também, membro do Conselho em Assuntos de Abuso de Drogas e pesquisador da Divisão de Abuso de Substâncias do Instituto de Psiquiatria de Nova York. Segundo João Raphael, nas pesquisas de Dr. Carl, alguns experimentos apontaram que oferecer alternativas atrativas a usuários de crack incentivava a diminuição do uso de drogas. Segundo ele, entre drogas e dinheiro, eles sempre escolhiam o dinheiro e ele concluiu que isso não significa oferecer recompensas econômicas aos usuários, mas serviu para demonstrar que outras alternativas às drogas, como empregos, podem ser diferenciais cruciais ao sucesso do tratamento.

Nesse sentido, defendemos que a prevenção é a chave dessa questão, políticas públicas em educação, de emprego e renda, de lazer, saúde e assistência precisam ser

²⁷ João Raphael Ramos dos Santos, escritor, sociólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor unidocente do Colégio de Aplicação da Fundação Roberto Marinho e mestrando em Educação pelo PPGE/UFRJ, membro do GEAR (Grupo de Estudos em Educação Antirracista) da UFRJ.

²⁸ A matéria “Racismo: um paralelo sobre a política de guerra às drogas no Brasil” está disponível no link: <https://www.evolucaovida.com.br/racismo-e-politica-de-drogas>. Acesso em: 14 jul. 2022.

pensadas para que sejam oferecidas alternativas às pessoas. Ainda é importante ressaltar que atrelar a pauta da juventude negra com a pauta das políticas de drogas é dar nome às pessoas que foram mortas na guerra às drogas no nosso país, uma vez que esta tem um direcionamento político muito explícito de criminalizar a pobreza e matar e encarcerar a juventude negra.

Para além do uso abusivo de álcool e outras drogas, o que já influencia diretamente na saúde mental de qualquer cidadão, existe também aquela parcela dessa população que adoece fisicamente, mas principalmente mentalmente que é o tema que esse trabalho se propôs a trazer e, tudo isso, devido à falta de perspectiva de melhoria ou sequer de alguma mudança na vida. É possível perceber na comunidade em sua maioria pais, mas também mães ou responsáveis familiares que adoecem mentalmente por não enxergar uma possibilidade de melhoria nas condições de vida, que come o que planta, mas também deixa sua casa e sua família para servir famílias mais endinheiradas que compram sua força de trabalho para atender as suas necessidades reais e supérfluas, enquanto essa trabalhadora e esse trabalhador não conseguem com esse salário atender às necessidades reais do estômago e da fantasia, sua e de sua família. Dessa forma, é possível observar vários casos de adoecimento mental causados por todas estas privações.

Como exemplo, nossa primeira entrevistada deste estudo chamaremos por um nome fictício, Maria José. Maria José hoje tem 56 anos, trabalhou de doméstica desde os 18 anos em algumas casas de família. Aqui podemos abrir um gancho de que essa profissão servil de doméstica é um resquício muito claro da escravização, onde em sua maioria mulheres negras são obrigadas a deixarem em segundo plano as suas famílias para cuidar e até mesmo educar filhos de outras famílias, limpar suas casas, preparar suas comidas. Mas voltando ao exemplo de nossa primeira entrevistada, Maria José trabalha de doméstica desde muito cedo. Em seu primeiro emprego, ela morava no seu trabalho, ainda que não fosse muito longe de sua casa, mas ela precisava cozinhar, passar e cuidar das crianças, o que demandava muito tempo. Após esse emprego ela trabalhou em outras casas, mas a que mudou completamente o rumo de sua vida foi uma casa onde ela trabalhou por longos doze anos, lá ela era escancaradamente maltratada e humilhada pelo dono da casa que morava em São Paulo, mas sempre vinha para sua casa de veraneio do condomínio luxuoso de Laranjeiras, em Paraty, onde Maria José trabalhava. Após anos de maus tratos, Maria José começou a desenvolver crises nervosas que apavoravam sua família, que era onde ela conseguia desabar quando saía do trabalho. Passados anos de

crises, Maria José não suportou mais trabalhar naquele ambiente e resolveu pedir suas contas e cuidar da sua saúde mental.

Tendo passado por um médico neurologista foi diagnosticada com síndrome do pânico e logo em seguida depressão. Foram anos difíceis de tratamento e muito apoio familiar, medicamentos pesados, muitas visitas ao CAPS da cidade, psicólogas, psiquiatras, pensamentos suicidas, muito tempo lutando contra a própria cabeça e contra as cicatrizes que aqueles longos doze anos de trabalho humilhante deixaram nela. Hoje ela não é mais uma paciente da saúde mental, mas é uma paciente oncológica porque descobriu um câncer gástrico, já operado, mas ainda em tratamento. Não podemos afirmar que esse câncer gástrico decorreu desses anos de violência que ela teve que encarar, mas também não descartamos essa hipótese.

O exemplo da Maria José não é um caso isolado na comunidade, talvez outra pessoa não tenha enfrentado longos doze anos de violência escancarada no trabalho, mas conhecemos quem tenha enfrentado essa violência de forma velada. Conhecemos quem sequer tenha conseguido um emprego, seja ele formal ou informal.

Em uma cidade onde os jovens se formam no ensino médio e precisam sair da sua cidade para continuar estudando, ou se formam no ensino médio e só conseguem arrumar empregos precarizados porque a cidade não oferece uma estrutura de crescimento para essas pessoas que, tão logo se formam, já se deparam com a ausência de perspectiva de melhoria nas condições de vida familiar com o passar do tempo.

Neste trabalho abordamos como o pós-abolição não foi eficaz no seu propósito, visto que os(as) escravizados(as) abolidos(as) foram abandonados na condição de liberdade, porém sem nenhuma assistência e nenhuma política emancipatória. Florestan Fernandes (2007, p.62) deixa isso muito explícito quando diz que “apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não conduziu os ‘brancos’ a uma política de amparo ao negro [...]. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente”.

Refletir sobre o acesso da população negra e quilombola aos direitos sociais no Brasil é não poder de forma alguma deixar de considerar o processo histórico que desenha e delimita o lugar e o não lugar do negro na sociedade brasileira. Ainda que tenham ocorrido avanços, bem como disse a entrevistada Sibeles em parte de suas observações, avanços que foram conquistados após muitos anos de luta, a população negra ainda hoje

precisa exigir do Estado e de toda sociedade um espaço que não seja estigmatizado pela desigualdade, seja ela política, cultural ou econômica. Se nos colocarmos de frente a precariedade em que a população pobre vive no Brasil, é possível observar que a população negra é uma das parcelas mais vulneráveis ante a depreciação da vida humana, e tudo isso se sustenta nas relações capitalistas.

O racismo é anterior ao capitalismo, porém o capitalismo se utiliza das opressões para explorar ainda mais as pessoas, dessa forma as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais favorecem a criação constante das diferenças, trazendo uma contradição quando se fala de trabalho “livre”, ao mesmo passo em que são mantidas as diferenças de raça e classe no processo de organização social coletiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em parte da entrevista para a construção dessa pesquisa, Paula disse o que mais a afetava em relação ao adoecimento mental da população quilombola era que “as pessoas estão adoecidas e muitas das vezes elas nem se dão conta que é por conta do racismo e dessa herança toda da escravidão e muita gente vai morrer sem ter a menor noção de que ela foi uma vítima desse reflexo todo.” Essa fala pode ser forte e trazer muita reflexão necessária sobre como o racismo está de forma velada e disfarçada todos os dias atuando como fator determinante no adoecimento mental e no genocídio da população negra como um todo.

Existem políticas públicas criadas como reparação a todo dano causado à população negra e à população quilombola no Brasil, contudo na prática, os(as) entrevistados(as) do quilombo pesquisado, o Quilombo Campinho da Independência, não enxergam amparo algum por parte do governo vigente. No contexto político atual onde temos Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil, presidente esse que já se colocou publicamente contra a regularização de terras remanescentes de quilombos, bem como desferiu ofensas racistas à quilombolas, as populações quilombolas no Brasil estão desassistidas vendo o desmonte das políticas públicas voltadas a esses territórios e encarando o agravamento da fome, sobretudo com a pandemia da Covid-19. A conjuntura política do Brasil hoje traz uma atmosfera de medo e muita polarização política onde há incitação de ódio de gênero e raça, essa polarização muitas vezes resulta em violência e até morte. Nesse cenário o racismo tende a se acirrar, já que a imagem que fica é a de impunidade.

Para Edna Maria de Araujo (2020, p. 9), por mais de uma década, ativistas negras (os) e pesquisadores em saúde pública vêm apontando que o racismo institucional cria piores resultados para a saúde da população negra brasileira. No Brasil, o mito da democracia racial faz com que não se acredite nas desigualdades sofridas pela população negra, mas a discriminação no mercado de trabalho, os menores salários, a segregação socioespacial dos negros na periferia, entre outras desigualdades fazem com que essa parcela da população tenha menos acesso às oportunidades.

Ainda segundo a autora, a pandemia da Covid-19 deixou isso bem claro quando após pressão do movimento negro a coleta de dados raciais para os casos de Covid-19

começou a ser solicitada, com isso o Ministério da Saúde apontou altas taxas de mortalidade entre os declarados pretos e pardos no censo demográfico.

Neste trabalho contextualizamos o período do pós-abolição e a forma como a socialização da população negra no Brasil foi construída. A discriminação racial e social sempre foi latente na história da estruturação desse país. A ideia de soberania da branquitude reservou um lugar de subalternidade aos não-brancos, fazendo com que não tivessem a mesma facilidade no acesso a empregos, a boas moradias, à educação, à lazer e até mesmo à saúde. Pensar nos quilombos como espaços formados em cenários de muita luta e resistência é ter a necessidade de reconhecer que hoje são espaços com valores culturais muito importantes e enriquecedores para o país, porém que estão desassistidos e largados à própria sorte, assim como os negros foram deixados com o fim da escravidão. Então analisamos alguns marcadores sociais de vulnerabilidades como possíveis fatores determinantes do adoecimento mental da população do Quilombo Campinho da Independência.

O adoecimento mental dos moradores desse território, além do consumo abusivo de álcool e outras drogas acabam por serem compreendidos neste trabalho como uma consequência direta do racismo sofrido ao longo das gerações e todas as suas facetas onde o sofrimento psíquico e as condições precárias de vida acabam por fazer parte constantemente da vida dessas pessoas, assim como refletiu Matheus durante a sua entrevista “desgosto também causa doença”.

Podemos, então, concluir com essa pesquisa que, foram sim criadas políticas públicas voltadas à população quilombola, porém que não estão sendo tendo o impacto necessário como forma de reparação por toda desigualdade produzida ao longo de todos esses anos. Dessa forma, compreendemos que as desigualdades raciais deixadas como herança do pós-abolição têm sim grande influência no adoecimento mental da população quilombola.

O código de ética do Serviço Social (CFESS, 1993, p. 23-24) tem como valores fundantes a liberdade e a justiça social, sendo que quatro dos seus onze princípios fundamentais defendem o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos

socialmente discriminados e à discussão das diferenças; a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; e um exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Como foi demonstrado no decorrer de todo este trabalho, as expressões da Questão Social atingem a população negra de forma ainda mais agressiva devido ao componente racial, o processo formativo do assistente social não pode de forma alguma ignorar a análise interseccional entre classe, gênero e raça, visto que a população usuária é formada majoritariamente de pessoas negras. Dessa forma, pensar em um Serviço Social antirracista é fundamental na garantia de direitos dessa população que tem suas necessidades invisibilizadas desde que adentraram nesse país.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011. p. 13-62.

Antunes, R. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2002.

ARAUJO, E. **Por que a Covid-19 é mais mortal para a população negra?** In: Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO. – Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2021. Disponível em https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/10/E-book_saude_pop_negra_covid_19_VF.pdf. Acesso em 14 jul. 2022.

ARAÚJO, Maurício Azevedo de. HEIM, Bruno Barbosa. HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro (org.). **Direitos dos povos de Terreiro**. Salvador: EDUNEB, 2018.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016, p. 160.

BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, [2003]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em Jun 2022.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Políticas Para Comunidades Tradicionais. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**: Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRISOLA, Elisa. **Estado penal, criminalização da pobreza e serviço social**. Ser Social. Brasília, v.14, n. 30, p.127-151, 2012.

CHOE, W. **Com a palavra os Mestres Griôs**. TCC (Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos). Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 11. 2009.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). **Carta aberta aos candidatos à Presidência da República**. Setembro de 2006. Disponível em: www.determinantes.fiocruz.br. Acesso em: 30/08/2021.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Campinho da Independência**. Disponível em <<https://cpisp.org.br/campinho-da-independencia/>>. Acesso em 22 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 18 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução Nº 207, de 16 de dezembro de 1998**. Ministério da previdência e assistência social; conselho nacional de assistência social. Diário Oficial, ano CXXXVI, nº 243 – E, Brasília, DF. 1998, p. 1.

COWAN, R. S. **Francis Galton's statistical ideas: the influence of eugenics**. *Isis*, 63, 4, p. 509, 1972.

DC, Jans Júnior. **O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX**. Cordis. História, Corpo e Saúde, n. 7, jul./dez. p. 3, 2011.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**; apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. 2ª ed. Global Editora, São Paulo. 2007. p.60.

Gomes OK, Reis AE, Guimarães CDM, Cherchiglia LM. **Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia, Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(9):1830, set, 2013.

GREGÓRIO, Rafael. Homens negros e jovens negros são os que mais morrem e os que mais matam. **A Folha de São Paulo [online]**. São Paulo, 18 mar. 2018. Criminalidade. Disponível em <<https://temas.folha.uol.com.br/e-agora-brasil-seguranca-publica/criminalidade/homens-negros-e-jovens-negros-sao-os-que-mais-morrem-e-os-que-mais-matam.shtml>> Acesso em 30 mai. 2022.

GUIMARÃES et al. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da Ouvidoria Coletiva na região da Leopoldina, Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciênc. saúde coletiva; v.16, n.1, p.291- 300, jan. 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. In: Octavio Ianni - Pensamento Social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Pág. 103

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (ORG.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

LAROCCA, Liliana Muller. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). 252 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009

LIMA, Livia. **Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência** / Livia Ribeiro Lima; orientador Júlio Assis Simões. São Paulo, 2009. p. 57.

LUCAS, Douglas.; SANTOS, André. **Crítica da tipologia da violência de gênero**. Revista Direito em Debate, Rio Grande do Sul, ano XXVIII, n. 51, p.18, jan./jun. 2019.

LUKÁCS, György. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6973967/Gyorgy-LukacsTrabalho-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social>. Acesso em: jul 2022.

MARCHESAN, R. Por que o desemprego aumentou mais para negros do que brancos na pandemia. **UOL**. 16 set. 2020. Economia. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/16/desemprego-pandemia-negros.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 jul. 2022.

MARQUES, H. Governo Bolsonaro sepulta de vez regularização de terras de quilombolas. **Veja**. 09 jan. 2022. Brasil. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/governo-bolsonaro-sepulta-de-vez-regularizacao-de-terras-de-quilombolas/>. Acesso em 12 jul. 2022.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p.53.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA, Clovis. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. Revista Princípios, nº 15, maio, 1988. Pág. 5-10.

MOURA, Clovis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 24.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p.91.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Saúde Mental: nova concepção, nova esperança.** Relatório mundial da saúde. Lisboa, 2002.

PALMARES, Fundação Cultural. **Quilombos ainda existem no Brasil.** 17 nov. 2008. Disponível em <https://www.palmares.gov.br/?p=3041#:~:text=Levantamento%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20Palmares,pode%20chegar%20a%20cinco%20mil>. Acesso em Jun. 2022.

PENA, S.; BIRCHAL, T. **A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social?.** REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 10-21, dezembro/fevereiro 2005-2006

Penteado, R. P. **Do Higienismo às ações promotoras de saúde: a trajetória em saúde vocal.** Distúrbios da Comunicação. São Paulo, 17 (1): 9-17, abril, 2005.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. **O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência.** 2008. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Disponível em: <http://docplayer.com.br/68407021-O-patriarcado-presente-na-contemporaneidade-contextos-de-violencia-1.html> Acesso em 23 de fev. de 2021

RIBEIRO et al. **Perfil sociodemográfico e padrão de utilização de serviços de saúde para usuários e não-usuários do SUS – PNAD 2003.** Ciência e Saúde Coletiva 11 (4), 1011-1022, 2006.

Rocha, F.; Braga, N. **Os reflexos do preconceito na escola e sua influência na aprendizagem no aluno.** RELPE, Arraias (TO), v. 2, n.2, p. 14-35, 2016

ROMERO, Silvio. Cantos populares do Brazil. Lisboa: Nova Livraria Internacional Editora, 1883, p. 42.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na Família Brasileira?** (da colônia à atualidade). 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500/57500> Acesso em 04 de ago. de 2020.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedoras batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Livraria duas cidades, Editora 34, 2000.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens (CPIADJ)**. Criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Relator: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Brasília, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-dacpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Silva, M. L. **Racismo e os efeitos na saúde mental**. In: L. E. Batista, S. Kalckmann (Orgs.), *Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo* (pp. 129-132). São Paulo, SP: Instituto de Saúde, 2005.

SILVEIRA, E. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005. p. 173.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. **O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

Vasconcelos, Z. B. & Oliveira, I. D. (Orgs.) **Orientação vocacional: alguns aspectos teóricos, técnicos e práticos**. São Paulo: Vetor. 2004.

XAVIER, G. Bolsonaro repete ofensa que fez contra negros e quilombolas: ‘Tu pesa mais de 7 arrobas, né?’. **Carta Capital**, 12 mai. 2022. Caderno de política. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contranegros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/>. Acesso em 12 jul. 2022.

6. APÊNDICES

Íntegra das entrevistas

1- **Você é quilombola residente do Quilombo Campinho da independência?**

Maria José – Sim

Paula – Atualmente não

Matheus – Sim

Sibele – Sim, nascida e criada aqui

Roberto – Sim

2- **Qual é o seu gênero?**

Maria José – Feminino

Paula – Feminino

Matheus – Masculino

Sibele – Feminino

Roberto - Masculino

3- **Qual a sua orientação sexual**

Maria José – Heterossexual

Paula – Heterossexual

Matheus- Heterossexual

Sibele – Heterossexual

Roberto - Heterossexual

4- **Está ou esteve em situação de adoecimento mental?**

Maria José – Hoje não, mas passei por um quadro de depressão e síndrome do pânico

Paula – Não estou em situação de adoecimento mental, mas já estive, alguns episódios que apesar de não ter um diagnóstico, eu sentia isso refletindo no meu corpo, com assédio moral em alguns trabalhos durante a vida, enfim.

Matheus- Não estou em situação de adoecimento mental

Sibele – Eu quero acreditar que eu já estive em situação de adoecimento mental porque em 2018 eu desencadeei umas crises e eu fui diagnosticada com transtorno de ansiedade, porém já tem um belo tempo que essas crises não vêm, aí eu quero acreditar que hoje está tudo bem.

Roberto – Não.

5- **Está ou esteve em consumo elevado de substâncias químicas (álcool e/ou outras drogas)?**

Maria José – Nunca tive contato com substâncias químicas, álcool, drogas, nada.

Paula – eu nunca estive e nem estou em nenhum consumo elevado de substâncias químicas

Matheus- Atualmente não estou em situação de consumo elevado de álcool ou drogas. Mas já usei muita droga, me perdi muito tempo com isso, mas hoje eu não uso nada, nem bebo se você quer saber.

Sibele – Não, elevado não. Com meu marido, com meus amigos costumo beber socialmente, mas nada eu seja elevado, coisas normais, um final de semana, dois finais de semana no mês, coisas assim.

Roberto – Estou em consumo moderado de álcool.

6- **Está frequentando ou frequentou algum serviço para tratamento de saúde mental ou de consumo elevado de álcool e/ou outras drogas?**

Maria José – No momento não faço nenhum tratamento de saúde mental ou de consumo de drogas

Paula – também não frequento e nem frequentei algum serviço de tratamento para saúde mental

Matheus – Não estou frequentando e nem frequentei nenhum serviço de adoecimento mental e nem de consumo de drogas.

Sibele – Quando eu fui diagnosticada me orientaram a procurar um psicólogo, fazer uma terapia, algo do tipo, porém eu não procurei. Como não tem me dado mais crises eu relaxei, tô de boa, mas se por um acaso voltar a ter as crises eu vou procurar um tratamento porque as crises que eu tinha eram bem sérias a ponto de eu sair correndo pro hospital achando que eu tô enfartando, eram umas coisas bem graves mesmo, mas no momento não estou fazendo nenhum tratamento.

Roberto – Nunca frequentei

7- Na sua opinião, o território do quilombo Campinho da independência recebe algum tipo de assistência do governo que melhore a qualidade de vida dos residentes do território?

Maria José – Não acho que o território do quilombo do campinho hoje receba algum tipo de assistência do governo pra melhorar a qualidade de vida dos residentes

Paula – apesar de eu não estar dentro do quilombo no dia a dia e também não obter muita informação sobre esses detalhes, eu acredito que o quilombo hoje não receba nenhum tipo de assistência como na época em que eu ainda morava lá, que foram anos, nunca vi o quilombo receber algum tipo de assistência governamental, exceto quando realmente estavam a frente os governos de esquerda que deu uma olhada pro quilombo de alguma forma, mas eu acho que atualmente não. E essa olhada que o quilombo recebeu em alguns momentos a anos atrás, eu acredito que tenha influenciado sim na qualidade de vida porque trouxe lazer de alguma forma, trouxe políticas públicas, então com certeza isso influenciou na qualidade de vida.

Matheus – Pra mim a gente não recebe nada do governo hoje, ainda mais desse governo que tá aí. Eu lembro que quando era criança tinha vários projetos, fiz curso de informática, de cerâmica, até de cartografia, tudo que aparecia eu fazia, mas hoje não vejo as crianças tendo nada pra fazer. Teve uma época que vieram aqui, fizeram a quadra pra molecada, mas nesse governo que tá aí não tô vendo assistência nenhuma pra melhorar nossa vida aqui.

Sibele – Hoje não, já recebeu. Mas hoje não vejo nada de mais no quilombo em relação a governo não, aqui a gente luta, é nós por nós mesmo e acho que a gente até já acostumou com isso, tá tudo bem.

Roberto – Não recebe não. No começo dos anos 2000 mais ou menos tinha bastante coisa, a associação (de moradores) se inscrevia em vários editais e sempre tinha um cursinho ou uma oficina, mas agora acho que nem é culpa da associação, mas do país mesmo que tá quebrado.

8- Como quilombola residente do Quilombo Campinho da independência, como você vê o acesso à empregos no município?

Maria José – Eu acho que o acesso a empregos aqui no quilombo é difícil até pela baixa escolaridade, então é bem difícil

Paula – O acesso a emprego no município eu acho no momento atual algo bem escasso, não sei dizer como isso está agora, mas acredito que seja algo realmente escasso e as pessoas tem mais acesso a subempregos trabalhando dentro da informalidade, na verdade é um mal que atinge todo o nosso país atualmente.

Matheus- O acesso a empregos na cidade é difícil, você vê um monte de gente talentosa sem ter uma oportunidade, as vezes é por isso que a molecada se mete em coisa errada, não tem outra coisa pra fazer aqui. Todo mundo tem que ter alguma coisa pra fazer, se não tem coisa boa, coisa ruim sempre tem. Vou te falar, emprego a gente até acha, mas é só assim, servente (de pedreiro), trabalhar de cobrador na colitur, quando dá sorte arruma um trampo num restaurante na cidade, na Trindade.

Sibele – Bem ruim. Bem ruim mesmo porque tudo que se diz como emprego aqui em Paraty é indicação, é politicagem, tudo tem que ter política no meio, tudo você tem que ter um peixe pra entrar em algum lugar, não adianta só você ir lá e colocar um currículo que eles vão te ligar e vão te chamar pra uma entrevista, não, não é assim. Até tem lugares que são assim, mas a maioria não são e eu acho bem ruim quando coloca política em tudo. Não sei se nos outros lugares são assim, mas Paraty ultimamente tá sendo assim.

Roberto – aqui é muito difícil emprego, digo assim, emprego de verdade com carteira assinada. Bico a gente até arruma, é difícil, mas a gente arruma. Agora com carteira assinada é muito difícil de conseguir, é mais com indicação de alguém, sabe? Aí você consegue.

9- Você acha que o local onde mora e/ou a cor da sua pele influencia em suas condições de saúde e da sua família?

Maria José – Com certeza, o fato de morar onde eu moro, o fato da cor da minha pele com certeza influencia porque os olhares não são voltados para pessoas da minha cor, pra pessoas que moram onde eu moro da mesma forma que são olhadas as pessoas que moram em outros lugares, tipo na cidade ou num lugar que tenha uma condição melhor.

Paula – acredito que se eu residisse no quilombo do campinho com toda certeza isso influenciaria nas minhas condições de saúde, saúde como um todo, inclusive a mental e da minha família. A minha pele me acompanha em qualquer lugar que eu vou, em qualquer lugar que eu vá a gente vai ter essa discriminação e esse preconceito acompanhando pra onde quer que a gente vá. Principalmente se você quiser e puder alcançar novos horizontes, deixar pra traz o subemprego e tentar construir algo, uma carreira, um nome, o preconceito fica muito mais latente, muito mais evidente.

Matheus- Eu acho que sim porque a gente vê o branquinho que estudou com a gente na mesma escola numa situação um pouco melhor, digo assim, na saúde como um todo, porque desgosto também causa doença. Hoje tá difícil pra todo mundo mesmo, mas acho que se a gente tivesse outra cor, viesse de outro lugar, as coisas iam ser um pouco diferentes.

Sibele – Não, não acho que influencia não, o tratamento é igual. Inclusive eu tô vendo muitos pretos e pretas na área da saúde, tanto no hospital quanto no ESF, tem me deixado muito feliz pessoas assim no movimento, mesmo quando eu não via tanto eu já era tratada igual, agora com pessoas iguais a mim lá dentro tem ficado melhor ainda.

Roberto – Eu não sei, acho que sim, sabe? Assim, a saúde aqui é ruim pra todo mundo, mas eu sinto que tem um preconceito a mais quando a gente é preto, uma desconfiança, um nojo, sei lá, pode ser da minha cabeça, mas eu sinto isso.

10- Você consegue visualizar melhorias para você e sua família em suas condições de vida, ou seja, econômica, de saúde, de educação?

Maria José – Eu não visualizo uma melhora, no caso estou falando de mim mesma, até pela minha idade, então economicamente não vejo melhora nenhuma. Saúde e educação eu também não me vejo tendo uma possibilidade hoje na educação, é algo que é possível, mas não é fácil. A saúde a gente tá vendo uma melhora, eu vejo o SUS dando uma atenção um pouco melhor e então a saúde eu ainda consigo visualizar dias melhores.

Paula – x

Matheus- A gente trabalha pra isso né, porque se for esperar alguém dar nunca vai ter. A gente trabalha pra dar uma condição melhor pra nossa família, tá rolando uma luta aí por uma educação diferenciada aqui no quilombo, pra molecada crescer sabendo nossa história, quem a gente é e valorizar isso.

Sibele – Futuramente assim falando não consigo. Eu não consigo ver que um dia o governo olhe pro Quilombo do Campinho ou pra qualquer tipo de quilombo e queira dar uma ajuda por pura vontade, possa ser que ele faça por pura pressão, né? Já temos uma melhoria bem grande, mas digo e repito, é luta nossa mesmo, a gente que vai lá, corre e tem que brigar muito pra alguma coisa acontecer, mas por vontade deles não.

Roberto – Não vejo nada. Eu já vivi muita coisa e sempre foi difícil, desde quando era só eu, meus pais e meus irmãos, até hoje que eu tenho minha família, a gente começava a trabalhar muito cedo e trabalha até hoje. Cada dia que passa as coisas ficam mais difíceis, a meninada está tendo oportunidade de estudar e talvez isso ajude, mas também você vê gente que estuda, volta pra cá e continua na mesma situação, então eu não vejo como melhorar se a nossos pais trabalham desde que a gente era criança e até hoje nada melhorou.

11- O que é racismo para você?

Maria José – Eu penso que racismo é você ser menosprezada, ridicularizada, impedida de estar em determinados ambientes por conta da minha cor. Eu to falando da cor, mas também pode ser por causa da minha religião, por causa da minha orientação sexual, enfim.

Paula – Racismo pra mim é um problema que não é meu, é um problema que não é nosso enquanto pessoas negras, não-brancas. Nos obrigam a resolver um problema que não fomos nós que criamos, com a formulação dessas teorias baseadas na suposição de haver uma hierarquia de raças, então definitivamente o que eu penso sobre o racismo é que ele é um problemaço, mas que não é meu, que não é nosso. Infelizmente a gente precisa combater isso, a gente precisa dispende de uma energia gigantesca pra combater um problema que não é nosso.

Matheus- Racismo pra mim é um câncer, colocaram na cabeça de uma galera que eles são melhores, mais bonitos, mais inteligentes e eles acreditam nisso, a gente é maltratado por causa disso.

Sibele – Racismo pra mim é preconceito, discriminação com uma pessoa por conta da sua cor de pele. Pura besteira, né?

Roberto – Racismo pra mim é discriminação pela nossa cor. A gente nasce assim mais pretinho e parece que só por isso já somos errados, já somos bandidos, estão sempre desconfiando da gente. Racismo é deduzir uma coisa só por causa da nossa cor, sendo que bandidagem não tem cara e nem tem cor também, não é a cor que define quem é bandido e quem não é.

12- Você já sofreu racismo? se sim em que situações?

Maria José – Eu na verdade provavelmente já sofri racismo, mas eu não conseguiria agora descrever o momento e situação, porque as vezes você entra em determinados estabelecimentos e aí você vê um olhar te acompanhando, pelo fato de você ser negra, mas não foi algo que me incomodou a ponto de eu sair do ambiente, enfim, é algo sutil, mas já aconteceu. Eu que não dei muita atenção.

Paula – essa é uma pergunta bem difícil assim, porque sim eu já vivenciei racismo e com toda certeza continuo vivenciando, mesmo que de uma forma velada, mas a escola pra mim foi um dos períodos que eu mais sofri racismos na minha vida, seja ele de forma

velada ou seja ele de forma escrachada, a escola realmente eu tenho um bloqueio emocional por conta de algumas situações que eu vivenciei nela. Pra mim realmente foi o período mais marcante, mais cruel pra mim, mas já vivenciei racismo em trabalhos né, empregos, aquela coisa toda que a gente já sabe, mas na escola era tanto entre alunos, quanto por parte de alguns professores também. Então escola pra mim é algo que hoje eu não consigo nem olhar pra alguma pessoas que estudaram comigo, por mais que eu tente pensar que talvez aquela pessoa evoluiu em algum ponto, se desconstruiu, ou ela aprendeu alguma coisa hoje, mas por via das dúvidas por eu não ter certeza eu acho que existe um bloqueio realmente de eu ter algum tipo de contato com essas pessoas hoje, a ponto de não aceitar nem um convite de rede social por exemplo, nenhuma solicitação de amizade. Mas não só, eu falo da escola porque a escola realmente foi o período mais marcante, mais cruel pra mim, mas já vivenciei racismo em trabalhos né, empregos e o racismo nosso de cada dia em lojas, enfim.

Matheus- As vezes é até melhor a gente arrumar um trampo dentro da comunidade mesmo ou trabalhar pra gente mesmo, porque trabalhar pros outros a gente sempre vai ouvir gracinha, piadinha com cabelo, com a roupa, isso chega a ser cansativo as vezes.

Sibele – Sim. Direta e indiretamente né. Já sofri racismo na escola, que eu me lembre assim mesmo eu sofri na escola, diretamente né, virada pra mim mesmo. E indiretamente na vida né, a gente respira o racismo, fazer o quê?

Roberto – Você até me desculpa, mas perguntar pra um preto se já sofreu racismo é chover no molhado, já briguei muito por isso. Na escola era me chamar de macaco e eu saía na mão. Tem criança que é ruim, época de escola pode ser um inferno, é muito apelido que te colocam, não tem como não se afetar.

13- Você se sente prejudicado no acesso à oportunidades de emprego, de educação e para acessar os serviços de saúde pela sua cor?

Maria José – x

Paula – No momento, acesso a oportunidades de emprego acho que sempre foi bem limitado pra gente enquanto pessoas negras, de educação e pra acessar os serviços de saúde pela minha cor, sendo bem sincera acredito que eu não sinto essa dificuldade hoje

Matheus- Como eu falei, as vezes é até melhor trabalhar pra gente mesmo, vender os produtos que a gente faz tirando da terra, porque é muito complicado pra gente da nossa cor conseguir um trabalho responsa, que valorize a gente e que não diminua a gente.

Sibele – Sim, com certeza. Eu ainda costumo falar que se você for disputar uma vaga de emprego com um branco, tu não passa não. É chato isso? É, pra caramba, mas o que que a gente vai fazer? A gente tá lutando dia após dia pra isso mudar, é ter fé e esperança num mundo melhor né? Ter fé em Deus.

Roberto – Eu acho assim, a saúde tá ruim pra todo mundo, emprego tá ruim de conseguir, principalmente de carteira assinada pra gente que é pretinho, educação até que tem, mas a gente tem que escolher entre trabalhar pra conseguir comprar uma comida, uma roupa e estudar, então a educação acaba ficando em segundo plano e sem educação ninguém melhora nada.

14- Você acha que o racismo e as heranças deixadas pela escravidão, ainda hoje, influenciam no adoecimento mental da população quilombola?

Maria José – Eu creio que talvez não pra mim, mas creio que pra outras pessoas o racismo e a herança da escravidão deixou sim uma marca que hoje influencia as pessoas mentalmente na população quilombola, porque são pessoas que viveram sempre a margem de tudo, com muita luta, com muita dificuldade e aí a gente vê essa realidade na quantidade de pessoas negras que vivem na rua, que catam latinha, que tem uma vida

assim muito difícil, então eu vejo isso como uma herança, uma herança muito ruim da escravidão no passado.

Paula – com toda certeza! Com toda certeza que o racismo e todos os males oriundos do racismo e da escravidão influenciam no adoecimento mental, não tem como ser diferente. E o mais cruel nisso tudo, aliás, se é que tem como a gente estabelecer o que que é mais ou menos cruel, na verdade então diante de toda essa crueldade, uma das coisas que mais me afetam, que mais me trazem reflexões é em relação a esse reconhecimento da população quilombola sobre esse adoecimento mental, ou seja, as pessoas elas estão adoecidas, estão adoecendo e muitas das vezes elas nem se dão conta que é por conta do racismo e é por conta dessa herança toda da escravidão e vai morrer sem saber, muita gente vai morrer sem ter a menor noção de que ela foi uma vítima desse reflexo todo.

Matheus- Eu não pensava muito sobre isso, mas de uns tempos pra cá eu tenho pensado muito. Eu acho que tem a ver sim. A gente vê pai de família aí afundado na droga pra fugir da realidade, tá ligado? Você imagina você ter um monte de boca pra alimentar em casa e não ter de onde tirar. Não tô dizendo que acho certo, mas as vezes o certo não é suficiente pra pessoa. Tem muita gente doente também, não só da cabeça, mas a situação que muitos vivem, minha situação não é das piores, tem gente em situações que não tem como sair com a cabeça boa mesmo não e eu acho que tem a ver sim, criaram uma desigualdade que até hoje tamo correndo atrás pra igualar, mas tá difícil, nem sei se tem como.

Sibele – Possa ser que sim, porque o povo sofreu muito né? O povo sofreu muito e é o nosso povo né, é o nosso sangue e isso reflete na gente né. E a gente vê tanta tristeza, tanto racismo, tanta coisa ruim, a nossa cabeça fica a milhão né. Não é só isso que pode deixar uma pessoa hoje mentalmente doente, mas que ajuda, que colabora, isso com certeza. Não é dizer que um branco não vai ficar doente, mas que nós pretos levamos uma carga a mais, isso com certeza.

Roberto – Deixou né. Porque a gente tá por conta própria desde lá atrás até hoje, a gente tem que trabalhar o dobro pra conseguir a metade do que eles conseguem. Imagina você subir uma escada carregando cem quilos nas costas, subir carregando cem quilos já seria difícil, agora você imagina carregar cem quilos e ainda estar sendo apedrejado ao mesmo tempo, é tipo isso que a gente passa, como se não fosse difícil o suficiente, a gente ainda, como vou dizer, ainda enfrenta mais dificuldades pelo caminho do que eles. O racismo te priva né, priva da educação e da comida também e isso deixa a gente doente.

7. ANEXOS**Certidão de titulação**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ - CEP. 23970-000

Tel. (024) 371-2893/Telefax (024) 371-1596 -

CERTIDÃO

CERTIFICO, atendendo a solicitação contida no requerimento datado de 23 de Março de 1999, feito ao Responsável pelo Expediente, pelo Secretário de Estado de Assuntos Fundiário, Carlos Correia, que revendo em meu poder e Serventia, verifiquei constar no Livro nº 2-A, de Registro Geral de Imóveis, às fichas 2960 e 2961, referente à matrícula 2159, datada de 23 de março de 1999, pelo qual se verifica que o imóvel constante de: Uma área de terras com 287,9461ha (duzentos e oitenta e sete inteiros de hectares e nove mil, quatrocentos e sessenta e um décimos de milésimos de hectares), situada na localidade CAMPINHO, 2º distrito deste Município, com início no marco M1, pelas suas coordenadas planas, UTM, deste segue percorrendo o limite com terras de Benedito Gama com Azimute 94°57'17" e distância de 252,64 m, até o marco M2, deste segue percorrendo o limite com terras de Antônio Ricardo com azimute de 343°33'39" e distância de 545,42 m até o marco M3, deste segue com azimute de 75°25'03" e distância de 88,25 m até o marco M4, deste segue com azimute de 162°59'31" e distância de 515,75 m até o marco M5, deste segue percorrendo com terras de Benedito Gama, com azimute de 94°57'17" e distância de 216,52 m até o marco M6, deste segue percorrendo com terras de vários posseiros com azimute de 160°37'07" e distância de 456,98 m até o marco M7, deste segue com azimute de 107°16'10" e distância de 166,51 m até o marco M8, deste segue com azimute de 42°32'22" e distância de 543,35m até o marco M9, deste segue percorrendo o limite com terra de Severino Dantas Martins com azimute de 130°11'46" e distância de 381,23 m até o marco M10, deste segue percorrendo com as terras do Sr. Caetano com azimute de 138°27'05" e distância de 707,89 m até o marco M11, deste segue percorrendo com as terras de Antônio Medeiros com azimute de 269°35'32" e distância de 157,41 m até o marco M12, deste segue com azimute de 195°48'08" e distância de 473,02 m até o marco M13, deste segue com azimute de 292°44'43" e distância de 148,56 m até o marco M14, deste segue com azimute de 145°49'32" e distância de 676,32 m até o marco M15, deste segue com azimute de 282°41'47" e distância de 570,19 m até o marco M16, deste segue com azimute de 164°38'25" e distância de 163,40 m até o marco M17, deste segue com azimute de 269°07'01" e distância de 70,72 m até o marco M18, deste segue com azimute de 233°46'11" e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ - CEP. 23970-000

Tel. (024) 371-2893/Telefax (024) 371-1596 -

distância de 663,54 m até o marco M19, deste segue com azimuth de 330°32'04" e distância de 456,66 m até o marco M20, deste segue percorrendo com terras de João Amâncio e outros com azimuth de 19°24'58" e distância de 66,12 m até o marco M21, deste segue com azimuth de 314°11'29" e distância de 250,51 m até o marco M22, deste segue com azimuth de 294°51'50" e distância de 42,79 m até o marco M23, deste segue com azimuth de 232°16'57" e distância de 248,79 m até o marco M24, deste segue com azimuth de 258°53'04" e distância de 420,10 m até o marco M25, deste segue com azimuth de 184°06'48" e distância de 157,54 m até o marco M26, deste segue com azimuth de 290°15'17" e distância de 285,50 m até o marco M27, deste segue percorrendo com terras do Sr. Ozias e Outros com azimuth de 02°41'24" e distância de 363,72 m até o marco M28, deste segue percorrendo com terras do Sr. Ademir com azimuth de 76°03'32" e distância de 311,59 m até o marco M29, deste segue com azimuth de 14°34'17" e distância de 253,39 m até o marco M30, deste segue percorrendo com terras do Sr. Eraldo e outros com azimuth de 40°43'20" e distância de 578,56 m até o marco M31, deste segue percorrendo com terras do Sítio Caladinho com azimuth de 351°10'35" e distância de 198,83 m até o marco M32, deste segue com azimuth de 347°23'08" e distância de 136,55 m até o marco M33, deste segue percorrendo com terras do Sítio Outra Banda com azimuth de 322°59'40" e distância de 267,89 m até o marco M34, deste segue com azimuth de 299°49'03" e distância de 193,05 m até o marco M35, deste segue percorrendo com terras de Benedito Gama com azimuth de 32°23'47" e distância de 195,70 m até o marco M1, início da descrição deste perímetro, com área total de 287,9461ha (duzentos e oitenta e sete inteiros de hectares e nove mil, quatrocentos e sessenta e um décimos de milésimos de hectares). Tendo os seguintes limites e confrontações: ao Norte com Benedito Gama, a Leste com Antônio Medeiros, ao Sul com Antônio Medeiros e a Oeste com o Sr. Eraldo e Outros.- **PROPRIETÁRIO= ESTADO DO RIO DE JANEIRO.- REGISTRO ANTERIOR=** 235, fls. 20, Livro nº 3-B, datado de 4 de abril de 1962, desta Serventia.- O referido é verdade e dou fé.- Paraty, 23 de março de 1999. Eu, VJARAÚJO, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Responsável pelo Expediente, mat. 06/1996, subscrevi e assino. (as.) VJARAÚJO.- **R-1-2159 - PROTOCOLO Nº 5247=** Nos termos da escritura de atestação de domínio de 19 de março de 1999, lavrada no Livro de Notas nº 65, às páginas 332 a 339, Ato nº 078, desta Serventia, o imóvel constante da presente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY/RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790



E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 332

**ESCRITURA DE ATESTAÇÃO DE DOMÍNIO
QUE FAZ O ESTADO DO RIO DE JANEIRO A
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO
CAMPINHO - A.M.O.C., COM CLÁUSULAS DE
INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE
E DE REVERSÃO, NA FORMA ABAIXO:-**

SAIBAM, quantos esta pública escritura de atestação de domínio virem que, no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e noventa e nove, aos **DEZENOVE** dias do mês de **MARÇO**, em a localidade denominada Campinho da Fazenda Independência, 2º distrito deste Município, onde chamado fui vindo, perante mim, **VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO**, Responsável pelo Expediente, matrícula nº 06/1996, partes entre si, justas e contratadas, a saber; como **OUTORGANTE= o ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Assuntos Fundiários **CARLOS CORREIA**, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, portador da cédula de identidade RG. nº 1.118.370-IPF/RJ., expedida em 27 de novembro de 1972, inscrito no CPF/MF. sob o nº 152.057.467-34, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, com Gabinete na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 4º andar, Ed. Le Bourget, em decorrência de delegação conferida pelo Decreto nº 25.210, de 10 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Poder Executivo, em 11 do corrente, expedido pela Excelentíssima Senhora Governadora do Estado em exercício **BENEDITA DA SILVA**, consoante decisão prolatada no procedimento administrativo de nº E-14/000.047/98, às fls. 194; e como **OUTORGADA= a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C.**, sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, representativa dos remanescentes de quilombos e seus descendentes, estabelecida no local denominado Campinho da Fazenda Independência, 2º distrito deste Município, com seu estatuto devidamente registrado nesta Serventia sob o nº 154, às fls. 06v/08v, em 25 de setembro de 1995, no Livro nº A-3, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, inscrita no CNPJ sob o nº 02.582.747/0001-20, neste ato,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 333

representada pelo seu Presidente, Senhor **PAULO CESAR DOS SANTOS**, brasileiro, casado, artesão, portador da cédula de identidade RG. nº 10192312-6-IFP/RJ., expedida em 14 de agosto de 1992, inscrito no CPF/MF. sob o nº 037.078.047-71, residente e domiciliado no endereço supra, conforme Ata de Eleição da nova diretoria de 09 de maio de 1998, devidamente registrada às fls. 002/002v, do Livro nº B-15, de Registro Integral de Títulos e Documentos, sob o nº 3956, em 26 de junho de 1998, nesta Serventia; os presentes devidamente identificados e qualificados por mim, Responsável pelo Expediente e reconhecidos pelas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, bem como de que da presente será enviada nota ao competente distribuidor no prazo da Lei. E, perante mim, pelo **OUTORGANTE**, me foi dito, do que dou fé: I- Que, o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através de escritura de acordo para pagamento de indenização por efeito de desapropriação de imóvel, com base no Decreto nº 6.897, de 13 de janeiro de 1960, lavrada pelo 10º Ofício de Niterói, neste Estado, em 15 de janeiro de 1960, no Livro nº 145, fls. 7, sendo transmitente Raul de Miranda Santos, devidamente transcrita no Livro nº 3-B, às fls. 20, sob o nº de ordem 235, em 4 de abril de 1962, desta Serventia, tornou-se dono, senhor e legítimo proprietário de diversos imóveis, dentre os quais os denominados "**Situação São José do Rio Estreito**", contendo terras, matas virgens e capoeirões, situada no **Sertão da Independência** e "**Situação São José do Rio Preto**", contendo terras com testada de novecentas braças, no **Sertão da Independência** em matas virgens e capoeirões. II- Que, a Fundação Cultural Palmares - FCP, vinculada ao Ministério da Cultura e criada pela Lei 7.668 de 22 de agosto de 1988, tendo como finalidade a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (artigo 1º - Lei 7.668) aprovou o parecer nº 002/98, publicado no Diário Oficial de 11 de fevereiro de 1998. Tal parecer identificou, através de pesquisa antropológica e social uma comunidade negra com característica de remanescente de quilombo, localizada no município de Paraty, em área que conforme laudo técnico de 1º de julho de 1998, do Instituto de Terras e Cartografia do E.R.J. - ITERJ, está incluído nas terras de que o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** se tornou titular conforme mencionado no item I. III- Que, a área ocupada pela referida comunidade remanescente do quilombo devidamente caracterizada em planta, assim é descrita e caracterizada no mencionado parecer nº 002/98: "**Uma área de terras com 287,9461ha (duzentos e oitenta e sete**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 334

inteiros de hectares e nove mil, quatrocentos e sessenta e um décimos de milésimos de hectares), situada na localidade CAMPINHO, 2º distrito deste Município, com início no marco M1, pelas suas coordenadas planas, UTM, deste segue percorrendo o limite com terras de Benedito Gama com Azimute $94^{\circ}57'17''$ e distância de 252,64 m, até o marco M2, deste segue percorrendo o limite com terras de Antônio Ricardo com azimute de $343^{\circ}33'39''$ e distância de 545,42 m até o marco M3, deste segue com azimute de $75^{\circ}25'03''$ e distância de 88,25 m até o marco M4, deste segue com azimute de $162^{\circ}59'31''$ e distância de 515,75 m até o marco M5, deste segue percorrendo com terras de Benedito Gama, com azimute de $94^{\circ}57'17''$ e distância de 216,52 m até o marco M6, deste segue percorrendo com terras de vários posseiros com azimute de $160^{\circ}37'07''$ e distância de 456,98 m até o marco M7, deste segue com azimute de $107^{\circ}16'10''$ e distância de 166,51 m até o marco M8, deste segue com azimute de $42^{\circ}32'22''$ e distância de 543,35m até o marco M9, deste segue percorrendo o limite com terra de Severino Dantas Martins com azimute de $130^{\circ}11'46''$ e distância de 381,23 m até o marco M10, deste segue percorrendo com as terras do Sr. Caetano com azimute de $138^{\circ}27'05''$ e distância de 707,89 m até o marco M11, deste segue percorrendo com as terras de Antônio Medeiros com azimute de $269^{\circ}35'32''$ e distância de 157,41 m até o marco M12, deste segue com azimute de $195^{\circ}48'08''$ e distância de 73,02 m até o marco M13, deste segue com azimute de $292^{\circ}44'43''$ e distância de 148,56 m até o marco M14, deste segue com azimute de $145^{\circ}49'32''$ e distância de 676,32 m até o marco M15, deste segue com azimute de $282^{\circ}41'47''$ e distância de 570,19 m até o marco M16, deste segue com azimute de $164^{\circ}38'25''$ e distância de 163,40 m até o marco M17, deste segue com azimute de $269^{\circ}07'01''$ e distância de 70,72 m até o marco M18, deste segue com azimute de $233^{\circ}46'11''$ e distância de 663,54 m até o marco M19, deste segue com azimute de $330^{\circ}32'04''$ e distância de 456,66 m até o marco M20, deste segue percorrendo com terras de João Amâncio e outros com azimute de $19^{\circ}24'58''$ e distância de 66,12 m até o marco M21, deste segue com azimute de $314^{\circ}11'29''$ e distância de 250,51 m até o marco M22, deste segue com azimute de $294^{\circ}51'50''$ e distância de 42,79 m até o marco M23, deste segue com azimute de $232^{\circ}16'57''$ e distância de 248,79 m até o marco M24, deste segue com azimute de $258^{\circ}53'04''$ e distância de 420,10 m



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY/RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 335

até o marco M25, deste segue com azimute de 184°06'48" e distância de 157,54 m até o marco M26, deste segue com azimute de 290°15'17" e distância de 285,50 m até o marco M27, deste segue percorrendo com terras do Sr. Ozias e Outros com azimute de 02°41'24" e distância de 363,72 m até o marco M28, deste segue percorrendo com terras do Sr. Ademir com azimute de 76°03'32" e distância de 311,59 m até o marco M29, deste segue com azimute de 14°34'17" e distância de 253,39 m até o marco M30, deste segue percorrendo com terras do Sr. Eraldo e outros com azimute de 40°43'20" e distância de 578,56 m até o marco M31, deste segue percorrendo com terras do Sítio Caladinho com azimute de 351°10'35" e distância de 198,83 m até o marco M32, deste segue com azimute de 347°23'08" e distância de 136,55 m até o marco M33, deste segue percorrendo com terras do Sítio Outra Banda com azimute de 322°59'40" e distância de 267,89 m até o marco M34, deste segue com azimute de 299°49'03" e distância de 193,05 m até o marco M35, deste segue percorrendo com terras de Benedito Gama com azimute de 32°23'47" e distância de 195,70 m até o marco M1, inicio da descrição deste perímetro, com área total de 287,9461ha (duzentos e oitenta e sete inteiros de hectares e nove mil, quatrocentos e sessenta e um décimos de milésimos de hectares). Tendo os seguintes limites e confrontações: ao Norte com Benedito Gama, a Leste com Antônio Medeiros, ao Sul com Antônio Medeiros e a Oeste com o Sr. Eraldo e Outros. IV- Que, a OUTORGADA, através de seu representante legal, tem conhecimento que a supracitada área é cortada pela "BR-101 - RIO-SANTOS", ficando, porém, assim, excluída da área total. V- Que, a área descrita e caracterizada no item III, encontra-se inteiramente livre e desembaraçada de todo e quaisquer ônus ou gravames, judicial ou extrajudicial, hipotecas legais ou convencionais, foro ou pensão e quites com todos os tributos, tarifas e contribuições de qualquer natureza até a presente data e está encravado em porção maior, descrito no item I, de propriedade do OUTORGANTE, ora reconhecedor. VI- Que, o OUTORGANTE, dando cumprimento ao disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, atesta a propriedade, como de fato atestado tem, em favor da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C., porém com as cláusulas de: inalienabilidade, impenhorabilidade e reversão, a área descrita no item III da presente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY/RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG. 336

escritura, bem como atesta que lhe foram transferidos todo domínio, posse, direito e ação que exercia sobre o imóvel descrito e caracterizado no item III, com exceção da **Rodovia BR-101 - RIO-SANTOS**, na posse do qual a imite neste ato, por força desta Escritura e da cláusula "**constituti**", obrigando-se por si, seus herdeiros ou sucessores a sempre ter a presente por boa, firme e valiosa. VII- Que, a presente é feita em nome da **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C.** em razão, de a mesma congregar a comunidade dos remanescentes do quilombo existente. VIII- Que, em caso de extinção da **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C.**, aqui reconhecida, transformação ou alteração de seus estatutos, de modo a descaracterizar suas finalidades, a presente, por implemento de condição resolutiva, estará rescindida de pleno direito sendo que o imóvel aqui objetivado permanecerá com a sua destinação constitucional em favor dos remanescentes dos quilombos que se organizarão em outra Associação, se assim o quiserem, com apoio do **ITERJ** tomando o **ESTADO** as providências cabíveis com vistas à expedição de novo título. IX- **DA REVERSÃO** - no caso de desaparecimento e inexistência dos remanescentes dos quilombolas na área objeto da presente, não mais servindo esta as finalidades que motivaram o ato de disposição, o imóvel reverterá à propriedade do **OUTORGANTE**, sem quaisquer indenizações sejam a que título for, de acordo com o disposto no § 3º, do artigo 68 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. X- Que, a presente é feita nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e fica gravada com as cláusulas de **INALIENABILIDADE** e **IMPENHORABILIDADE**, sendo o uso da terra restrito à moradia e atividades agropecuárias, artesanais ou outras, previamente, autorizadas pelo **OUTORGANTE** e aos seus descendentes. XI- Que, fica terminantemente proibido transferir a qualquer título, ceder, ainda que gratuitamente, alugar, arrendar e dar em comodato e em garantia, no todo ou em parte o imóvel aqui objetivado. XII- Que, ainda como encargos, a **OUTORGADA** deverá manter suas tradições culturais, preservar as terras, cuja propriedade lhe é aqui reconhecida, impedir sua ocupação a não ser por associado, também, remanescente dos quilombos, além de preservar o eco sistema. XIII- Que, a presente é feita de forma gratuita mas, apenas para os efeitos fiscais atribuem as partes o valor de **R\$ 1,00 (hum real)**. Pela **OUTORGADA**, através de seu representante legal, então



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY/RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 337

me foi dito, que aceita a presente Escritura, em todos os seus termos e condições. Após a celebração, o Ato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado no prazo de 20 dias conforme artigo 7º, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 8 de 25.10.85. Não haverá quaisquer ônus para lavratura e registro do presente título. Pelo **OUTORGANTE**, através de seu representante legal, me foram apresentadas as certidões, atualizada e negativa de ônus reais, quanto à maior porção do imóvel de propriedade do **OUTORGANTE**, expedida por esta Serventia, datada de 19 de março de 1999. Isenta a presente do envio à Receita Federal, de Declaração de Operação Imobiliária - DOI, nos termos do Ato Normativo nº 050 da SRF. Certifico mais que, foi dispensado no presente ato a comprovação do pagamento do ITD "inter-vivos", por não ser devido o tributo neste caso, visto que se trata de cumprimento de Norma Constitucional Federal, incorrendo, assim, fato gerador daquele tributo. A presente esta isenta de custas e emolumentos por ser tratar de um ato feito pelo Estado do Rio de Janeiro a uma Associação sem fins lucrativos. E de como assim o disseram e outorgaram, me pediram e eu lhes lavrei esta escritura, a qual sendo lida às partes em voz alta e clara e achada conforme, aceitaram e assinam a presente, com as testemunhas: **DR. THEOBALDO LISBOA**, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.764.560-IFP/RJ., expedida em 22 de abril de 1962, inscrito no CPF/MF. 231.482.257-91, residente e domiciliado à Travessa Santa Rita, nº 18, no Bairro Histórico, nesta Cidade; **BENEDITO JOSÉ MELO DA SILVA**, brasileiro, Prefeito Municipal, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 80911511-6-IPF/RJ., expedida em 30 de abril de 1985, inscrito no CPF/MF. sob o nº 172.233.007-44, residente e domiciliado à Av. Octávio Gama, s/nº, no Bairro Caborê, nesta cidade; **LUCIO JORGE MAIA DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.942.129-IFP/RJ., expedida em 22 de outubro de 1975, inscrito no CPF/MF. sob o nº 610.937.777-53; e **SÔNIA GOMES ROCHA DA CONCEIÇÃO**, brasileira, casada, Serventuária da Justiça, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 5.086.902-IFP/RJ., expedida em 26 de novembro de 1975, inscrita no CPF/MF. sob o nº 610.938.077-68, residentes e domiciliados à Rua João de Oliveira, nº 14, no Bairro Parque Imperial, nesta cidade. Eu, **VJARAÚJO**, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Responsável pelo Expediente, mat. 06/1996, que lavrei a presente escritura, li, conferi, colhendo as assinaturas, subscrevi e assino encerrando o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 338

presente ato.- Paraty, 19 de Março de 1999.- (A.A.) VJARAÚJO - VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO - RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996.- CARLOS CORREIA - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CARLOS CORREIA - SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS.- PAULO CESAR DOS SANTOS - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C. - PAULO CESAR DOS SANTOS - PRESIDENTE.- THEOBALDO LISBOA - THEOBALDO LISBOA - PROMOTOR DE JUSTIÇA.- BENEDITO JOSÉ MELO DA SILVA - BENEDITO JOSÉ MELO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.- LUCIO JORGE MAIA DA CONCEIÇÃO - LUCIO JORGE MAIA DA CONCEIÇÃO - SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA.- SÔNIA GOMES ROCHA DA CONCEIÇÃO - SÔNIA GOMES ROCHA DA CONCEIÇÃO.-SERVENTUÁRIA DA JUSTIÇA.- NADA MAIS - TRASLADADA HOJE.- Eu, *Vanderlei Jerônimo de Araújo*, VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO, RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE, MAT. 06/1996, que digitei o presente traslado, subscrevi e assino em público e raso.

EM TESTE *[Assinatura]* DA VERDADE

VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

SELO DE FISCALIZAÇÃO Nº ANF 31378

ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

DE PARATY - RJ - PRIVATIZADO

CGC (ME) Nº 30.320.238/0001-65

RUA JOSÉ VIEIRA RAMOS, S/Nº

BAIRRO DE FÁTIMA CEP: 23970-000

TEL. (024) 371-2893 FAX 371-1596

BEL. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO

Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO

Substituta - Mat. 94/0790

P. G. R.
fls 24
2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ - CEP. 23970-000

Tel. (024) 371-2893/Telefax (024) 371-1596 -

matrícula foi adquirido pela ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C., sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, representativa dos remanescentes de quilombos e seus descendentes, estabelecida no local denominado Campinho da Fazenda Independência, 2º distrito deste Município, com seu estatuto devidamente registrado nesta Serventia sob o nº 154, às fls. 06v/08v, em 25 de setembro de 1995, no Livro nº A-3, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, inscrita no CNPJ sob o nº 02.582.747/0001-20, representada pelo seu Presidente, Senhor PAULO CESAR DOS SANTOS, brasileiro, casado, artesão, portador da cédula de identidade RG. nº 10192312-6-IFP/RJ., expedida em 14 de agosto de 1992, inscrito no CPF/MF. sob o nº 037.078.047-71, residente e domiciliado no endereço supra, conforme Ata de Eleição da nova diretoria de 09 de maio de 1998, devidamente registrada às fls. 002/002v, do Livro nº B-15, de Registro Integral de Títulos e Documentos, sob o nº 3956, em 26 de junho de 1998, desta Serventia, do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Assuntos Fundiários CARLOS CORREIA, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, portador da cédula de identidade RG. nº 1.118.370-IPF/RJ., expedida em 27 de novembro de 1972, inscrito no CPF/MF. sob o nº 152.057.467-34, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, com Gabinete na Avenida Marechal Câmara, nº 160, 4º andar, Ed. Le Bourget, em decorrência de delegação conferida pelo Decreto nº 25.210, de 10 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Poder Executivo, em 11 do corrente, expedido pela Excelentíssima Senhora Governadora do Estado em exercício **BENEDITA DA SILVA**, consoante decisão prolatada no procedimento administrativo de nº E-14/000.047/98, às fls. 194, pelo valor de R\$ 1,00 (hum real), atribuído pelas partes para os efeitos fiscais.- **CONDIÇÕES=** Que, em caso de extinção da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CAMPINHO - A.M.O.C., transformação ou alteração de seus estatutos, de modo a descaracterizar suas finalidades, por implemento de condição resolutiva, estará rescindida de pleno direito, sendo que o imóvel constante da presente matrícula, permanecerá com a sua destinação constitucional em favor dos remanescentes dos quilombos que se organizarão em outra Associação, se assim o quiserem, com apoio do ITERJ tomando o ESTADO as providências cabíveis com vistas à expedição de novo título. DA REVERSÃO - no caso de desaparecimento e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

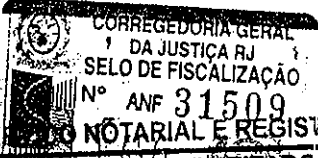
E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ - CEP. 23970-000

Tel. (024) 371-2893/Telefax (024) 371-1596 -

inexistência dos remanescentes dos quilombolas na área constante da presente matrícula, não mais servindo esta as finalidades que motivaram o ato de disposição, o imóvel reverterá à propriedade do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, sem quaisquer indenizações sejam a que título for, de acordo com o disposto no § 3º, do artigo 68 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.- O imóvel constante da presente matrícula é gravado com as cláusulas de INALIENABILIDADE e IMPENHORABILIDADE, sendo o uso da terra restrito à moradia e atividades agropecuárias, artesanais ou outras, previamente, autorizadas pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO e aos seus descendentes. O adquirente, fica terminantemente proibido transferir a qualquer título, ceder, ainda que gratuitamente, alugar, arrendar e dar em comodato e em garantia, no todo ou em parte o imóvel constante da presente matrícula.- O referido é verdade e dou fé.- Paraty, 23 de março de 1999. Eu, VJARAÚJO, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Responsável pelo Expediente, mat. 06/1996, subscrevi e assino. (as.) VJARAÚJO.- O referido é verdade e dou fé. Paraty, 23 de Março de 1.999. Eu, Vanderlei Jerônimo de Araújo, Registrador, mat. 06/1996, que digitei a presente certidão, subscrevi e assino.

VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE-MAT. 06/1996


CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº ANF 31509
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE PARATY - RJ - PRIVATIZADO
CGC (ME) 30.320.238/0001-65
RUA JOSÉ VIEIRA RAMOS, S/Nº
BAIRRO DE FÁTIMA - CEP. 23970-000
TEL. (024) 371-2893 FAX 371-1596
BEL. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996
CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
Substituta - Mat. 94/0790



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E
REGISTRAL DE PARATY / RJ
PRIVATIZADO
C.G.C. 30.320.238/0001-65



Bel. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
SUBSTITUTA - MAT. 94/0790

E-mail: cartorio.ofic.unico@zaz.com.br

Rua José Vieira Ramos, s/nº - B. de Fátima - Paraty - RJ

Telefax (024) 371-1596 - CEP. 23970-000

LIVRO Nº 65

ATO Nº 078

PAG.: 339

TESTEMUNHAS DE HONRA

[Assinaturas manuscritas]
Dionísio C. de Fátima
Aldias Narciso
Vitor H.
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

ÚNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE PARATY - PRIVATIZADO

Prezado no Protocolo nº 1, sob o nº 5247, fls. 386, em 23/03/1999, Registrado no Livro nº 65, as fls. 2960 e 2961, sob o nº 1, na Matrícula nº 2159.

Paraty, 23 de Março de 1999.

VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE - MAT. 06/1996

SELO DE FISCALIZAÇÃO

Nº ANF 31506

UNICO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
DE PARATY - RJ - PRIVATIZADO
C.G.C. (MEF) Nº 30.320.238/0001-65
RUA JOSÉ VIEIRA RAMOS, S/Nº - B. DE FÁTIMA - PARATY - RJ
BAIRRO DE FÁTIMA - CEP. 23970-000
TEL. (024) 371-1596 FAX 371-1596
BEL. VANDERLEI JERÔNIMO DE ARAÚJO
Responsável pelo Expediente - Mat. 06/1996
CELINA VIEIRA DUARTE COELHO
Substituta - Mat. 94/0790